

O Trabalho de Professores na Educação Básica em Belém do Pará



MINISTÉRIO
DO TRABALHO E EMPREGO



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JOSELO DUPRA FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

O TRABALHO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM BELÉM DO PARÁ

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi

Fundacentro

Presidente
Jurandir Bóia Rocha

Diretor Executivo
Eduardo de Azeredo Costa

Diretor Técnico
Jófilo Moreira Lima Júnior

Diretor de Administração e Finanças interino
Eduardo de Azeredo Costa

Elizabete Medina Coeli Mendonça
Doracy Moraes de Souza
Leda Leal Ferreira

O TRABALHO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM BELÉM DO PARÁ

São Paulo

MINISTÉRIO
DO TRABALHO E EMPREGO



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

2009

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Disponível também em: www.fundacentro.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Serviço de Documentação e Bibliotecas — SDB / Fundacentro
São Paulo — SP

Erika Alves dos Santos CRB-8/7110

Mendonça, Elizabete Medina Coeli.

O trabalho dos professores na educação básica em Belém do
Pará / Elizabete Medina Coeli Mendonça, Doracy Moraes de
Souza, Leda Leal Ferreira. — São Paulo : Fundacentro, 2009.
83 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-98117-48-5

1. Professores — Ensino Fundamental — Condições de trabalho —
Belém do Pará. 2. Professores — Higiene ocupacional — Belém do
Pará. I. Souza, Doracy Moraes de. II. Ferreira, Leda Leal. III. Título.

CIS

Vyckpo Kob Ah (207PA)

CDU

37.011.31:373.3:613.6(811.5PA)

CIS — Classificação do “Centre International d’Informations
de Sécurité et d’Hygiene du Travail”

CDU — Classificação Decimal Universal

CIS

Vyckpo — Professores

Kob — Condições de trabalho

Ah — Higiene ocupacional

(207PA) — Brasil. Pará

CDU

37.011.31 — Docentes. Educadores. Professores

373.3 — Escola primária. Nível elementar

613.6 — Riscos ocupacionais. Higiene e saúde ocupacionais

(811.5PA) — Pará (Belém)

Ficha técnica

Coordenação Editorial: Glauca Fernandes

Revisão de texto: Karina Penariol Sanches; Walquíria Schafer (estagiária)

Editoração gráfica e capa: Marila G. Destro Apolinário

Ilustração da capa: Francisco Terto de Lira Júnior

Agradecimentos

Deixamos aqui registrados os nossos agradecimentos:

A todos os professores que participaram de nossas reuniões e nos ajudaram a construir esta análise;

À Secretaria de Educação Básica do MEC, pelo auxílio financeiro ao projeto;

Ao Sindicato dos Professores do Estado do Pará (Sinpro/PA), que ofereceu local e infraestrutura para todas as reuniões e participou ativamente das mesmas;

Ao Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará (Sintepp), que participou das reuniões;

Aos professores do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova);

Aos colegas da Fundacentro que nos ajudaram no projeto: Marco Antônio Bussacos, Silvio Silva Brasil e Antonio Elcio Padilha do Amaral;

A Francisco Terto de Lira Júnior pela ilustração da capa.

Nota dos autores

Este relatório se baseia nas reuniões de Análise Coletiva do Trabalho realizadas com professores da Educação Básica de Belém do Pará, em outubro de 2006. Desde então, algumas situações aqui mencionadas sofreram modificações, como os valores dos salários e a realização de concurso público para a contratação de novos professores. Entretanto, acreditamos que a realidade do trabalho, que é o objeto do estudo, continue a mesma. Não temos a pretensão de esgotar o assunto, mas esperamos que os professores identifiquem aqui situações que costumam encontrar no exercício da profissão e, principalmente, que este trabalho sirva para provocar discussões mais amplas sobre as causas e as possíveis soluções para os problemas apresentados.

Sobre os autores

Elizabete Medina Coeli Mendonça é médica e tecnologista do Serviço de Ergonomia da Fundacentro em São Paulo.

Doracy Moraes de Souza é pedagoga e tecnologista do Centro Regional do Pará da Fundacentro.

Leda Leal Ferreira é médica, doutora em Ergonomia, pesquisadora e chefe do Serviço de Ergonomia da Fundacentro em São Paulo.

Sumário

Introdução 13

Primeira parte 19

A Educação Básica em Belém do Pará 21

Dados gerais sobre a Educação Básica no Estado do Pará e em Belém 21

Emprego de professores 23

Segunda parte 29

A realidade de trabalho dos professores 31

Professores com jornadas de trabalho extensas 31

Professor ou educador? 32

O desinteresse e a dispersão dos alunos 33

Respeito e disciplina 39

Vantagens e desvantagens do trabalho nas escolas públicas e privadas 41

As dificuldades dos alunos com a leitura e a compreensão de textos 45

Violência e drogas nas escolas 47

Alunos com necessidades especiais 48

As questões dos “sistemas de ensino” na rede
privada e da adequação do conteúdo programático ao vestibular 50

A desvalorização do trabalho do professor 52

Problemas para conciliar trabalho e vida pessoal 54

Problemas de saúde ocupacional 55

O prazer de ser professor 57

Terceira parte 59

O trabalho de professores da Educação Infantil 61

Rede pública 61

Rede privada 64

Quarta parte 67

O trabalho de alfabetizadores no

Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova) 69

O movimento de alfabetização

de jovens e adultos no Estado do Pará (Mova-Pará) 69

Conclusões 79

Referências bibliográficas 81

Introdução

Em outubro de 2006, nos quadros de um projeto denominado “Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da Educação Básica no Brasil” (Boxe 1), realizamos uma série de reuniões com professores de Educação Básica no exercício de suas atividades em escolas públicas e privadas de Belém do Pará. Estas reuniões foram precedidas de discussões entre a equipe técnica responsável pelo projeto e organizações sindicais, que se prontificaram a convidar os professores a participar e cederam os locais para as reuniões. O objetivo foi conhecer o trabalho dos educadores a partir do que eles próprios nos contassem sobre o mesmo, de acordo com o método da Análise Coletiva do Trabalho – ACT – (Boxe 2).

O Sindicato dos Professores do Estado do Pará (Sinpro/PA) viabilizou uma reunião com professores de escolas privadas de Belém e outra com educadores do Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova). O Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará (Sintepp), por sua vez, organizou uma reunião com professores de escolas públicas da cidade. Todas as reuniões ocorreram na sede do Sinpro/PA, em Belém.

As duas condições para participar das reuniões eram: ser professor da Educação Básica e, voluntariamente, aceitar descrever e analisar seu trabalho em grupo e com auxílio de pesquisadores. O anonimato lhes foi garantido.

Nas reuniões em Belém do Pará, tivemos a participação ativa de cerca de vinte profissionais (professores, alfabetizadores do Mova e dois coordenadores pedagógicos), homens e mulheres, alguns bem jovens e outros com muitos anos de magistério, exercendo suas atividades em escolas públicas e/ou privadas em todos os níveis da Educação Básica, a saber, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Boxe 3). Com o consentimento dos participantes, as reuniões

foram gravadas e, posteriormente, as fitas foram transcritas, dando origem ao material que serviu de base para a elaboração de um relatório preliminar. Como preconiza a ACT, este relatório foi enviado aos sindicatos para que dele fizessem uma primeira avaliação e, sobretudo, para que nele detectassem erros.

Em março de 2009, foi realizada uma nova reunião na sede do Sinpro/PA, em Belém, com o objetivo de discutir o relatório preliminar. Compareceram os pesquisadores da Fundacentro e um grupo de professores que haviam participado das reuniões de ACT em outubro de 2006. Eles haviam lido o relatório e contribuíram com sugestões e críticas para a elaboração do texto final que originou este livro. No entanto, as falhas que por ventura permaneçam são de exclusiva responsabilidade das autoras.

Esclareceremos aos leitores que, quando estamos falando de trabalho, estamos nos referindo tanto à atividade específica do professor, o trabalho com os alunos, quanto à relação entre o professor e seu empregador, o Estado ou uma escola privada. São estas duas faces do trabalho, que poderíamos chamar de atividade e emprego, respectivamente, que são descritas e analisadas nas reuniões. Algumas vezes, é o lado da atividade que se destaca: os professores descrevem e analisam os desafios que enfrentam para planejar e dar aulas, o que exige não só conhecimentos técnicos como sensibilidade para entender as dificuldades dos alunos e enfrentá-las, às vezes caso a caso. Em outras ocasiões, é o lado do emprego que aparece com mais ênfase: os professores contam como enfrentam jornadas extensas, muitas vezes em várias escolas e em três períodos, procurando não prejudicar a qualidade das aulas e nem adoecer. As repercussões do trabalho na saúde dos professores são resultado de como se entrelaçam atividade e emprego, constituindo, para cada um, fonte de alegria e bem-estar, mas também de sofrimentos e doenças.

O texto está organizado em quatro partes e uma conclusão. Na primeira, fazemos um apanhado geral a respeito da Educação Básica em Belém do Pará; a segunda trata da realidade de trabalho do professor. A terceira parte trata especificamente do trabalho dos professores da Educação Infantil e a quarta, do trabalho dos alfabetizadores de adultos no Mova.

Para facilitar a compreensão do leitor, grafamos os trechos que representam falas literais dos professores em *itálico* e organizamos vários boxes, que podem ser lidos independentemente do texto principal.

Boxe 1: O Projeto de Pesquisa

A Fundacentro é uma fundação de natureza jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, cuja finalidade principal é a realização de estudos e pesquisas na área da saúde e segurança do trabalho e a difusão destes conhecimentos.

O projeto de pesquisa “Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores na Educação Básica no Brasil” tem os seguintes objetivos:

1. Conhecer as condições de trabalho de professores da Educação Básica exercendo suas atividades em diferentes situações de trabalho, como zona rural e/ou urbana, escolas municipais e/ou estaduais, Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental e/ou Médio, grandes ou pequenas cidades em todas as regiões do Brasil. Entendemos aqui por condições de trabalho o conjunto das condições, materiais ou não, nas quais o trabalho de um grupo de trabalhadores é exercido, compreendendo desde as condições contratuais de trabalho e níveis de remuneração até as características dos locais de trabalho e as especificidades das tarefas e atividades exercidas.

2. Relacionar estas diferentes condições de trabalho com a saúde dos professores.

Para alcançar estes objetivos, a Fundacentro contou com a colaboração financeira da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e com a colaboração operacional de entidades de classe dos professores.

O projeto está estruturado em três grandes etapas:

A. Produção de um relatório, denominado Estado da Arte, sobre os estudos recentes acerca das condições de trabalho dos professores e/ou suas repercussões na saúde. Esta etapa está concluída e o relatório pode ser consultado no sítio eletrônico www.fundacentro.gov.br, na parte de Publicações Eletrônicas.

B. Análise Coletiva do Trabalho, etapa já realizada nas cidades de São Paulo (SP), Salvador e Vitória da Conquista (BA), Teresina, Água Branca, Picos e Luís Correia (PI), Belém (PA), Campo Grande (MS) e Porto Alegre (RS).

C. Publicação e distribuição de livro com os resultados finais do projeto.

Boxe 2: Análise Coletiva do Trabalho

A Análise Coletiva do Trabalho (ACT) é um método no qual os trabalhadores analisam seu próprio trabalho, em reuniões feitas em grupo, com o auxílio de pesquisadores. Ela parte da ideia de que os trabalhadores têm plenas possibilidades de analisar o seu trabalho, desde que se lhes ofereçam certas condições especiais como: garantias de que não serão prejudicados (anonimato); local e tempo para se reunirem (as reuniões acontecem fora do local e dos horários de trabalho); interesse e disposição de ouvi-los por parte dos pesquisadores, e uma pergunta condutora: “O que você faz no seu trabalho?”, que baliza todas as discussões.

O método se desenvolve em cinco fases: na fase de planejamento, se esclarecem os objetivos do estudo e particularidades do método, como a necessidade dos participantes serem voluntários, o número de participantes e o local e horário das reuniões. O papel dos sindicatos de classe tem sido decisivo para o bom termo dos estudos, pois têm sido eles os principais interlocutores dos pesquisadores e os responsáveis, na prática, pela organização das reuniões com os trabalhadores. A fase de reuniões se inicia com novos esclarecimentos sobre o objetivo e o método da ACT, o papel dos pesquisadores e a garantia de anonimato para os trabalhadores. Em seguida, há uma apresentação dos participantes e, em geral, a escolha de um trabalhador para fazer uma descrição mais detalhada de seu trabalho. Com o desenrolar da reunião, estabelece-se um verdadeiro diálogo em torno da questão “o que você faz no seu trabalho?”, do qual todos podem participar, descrevendo, interpretando, comparando experiências. Na fase de preparação do material se faz a transcrição das gravações das reuniões ou a preparação das anotações dos pesquisadores. A fase de elaboração do texto, de responsabilidade dos pesquisadores, consiste em transformar o que foi dito nas reuniões em um texto, procurando recuperar todos os temas abordados, os pontos convergentes e divergentes encontrados. A fase de divulgação do texto consiste em apresentar o primeiro texto elaborado aos trabalhadores para verificar se não houve erros factuais. Depois, ocorre a elaboração do texto final e a sua publicação, preferencialmente sob a forma de um livreto.

A Análise Coletiva do Trabalho é um método em desenvolvimento que já foi aplicado em várias situações de trabalho e originou várias publicações (ver bibliografia).

Boxe 3: A Educação Básica no Brasil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, a LDB (Lei 9394/96), a educação escolar compõe-se da Educação Básica e da Educação Superior. A Educação Básica compreende três níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de quatro e cinco anos de idade. Maternal e Jardim, termos que aparecem nos depoimentos dos professores, são designações que muitas escolas utilizam para as turmas ou agrupamentos de crianças por idade na Educação Infantil.

O Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito na rede pública de ensino. Com a Lei 11.274, de 2006, todos os sistemas de ensino deverão ampliar o Ensino Fundamental, antes com a duração de oito anos, para nove anos. Este nível de ensino deverá ser organizado para matricular crianças aos seis anos de idade, medida a ser implantada até 2010 em todo o Brasil.

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, tem duração mínima de três anos, seguindo-se, então, o Ensino Superior.

A LDB preconiza, ainda, a oferta das seguintes modalidades:

- a) Educação de Jovens e Adultos (EJA) - destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, conforme define a LDB.
- b) Educação Profissional - integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.
- c) Educação Especial - modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para portadores de necessidades especiais.

Primeira parte

A Educação Básica em Belém do Pará

A Educação Básica em Belém do Pará

Dados gerais sobre a Educação Básica no Estado do Pará e em Belém

O Estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial, mas tem uma densidade populacional baixa: estima-se que, em seus 143 municípios, habitem apenas sete milhões de pessoas¹. Se fosse um país, seria do tamanho de Angola, mas com uma população semelhante à da pequena Suíça.

Em relação aos alunos matriculados na Educação Básica, havia no Estado do Pará, no ano de 2007, 2.169.671 estudantes matriculados, dos quais 323.813 (14,92%) na cidade de Belém. A maioria dos alunos estava no Ensino Fundamental.

O gráfico 1 mostra a distribuição dos alunos matriculados na Educação Básica no Estado do Pará, em Belém e nos demais municípios (BRASIL, 2008). Pode-se observar que o percentual de matrículas correspondente a Belém aumenta no Ensino Médio em comparação à pré-escola e ao Ensino Fundamental.

O gráfico 2 mostra a distribuição de matrículas na Educação Básica, em escolas das redes pública e privada de ensino, no Estado do Pará, e o gráfico 3 mostra a mesma distribuição na capital, Belém. Há diferenças entre os dados de matrículas

¹ IBGE - estados. Acesso em 20/08/2009.

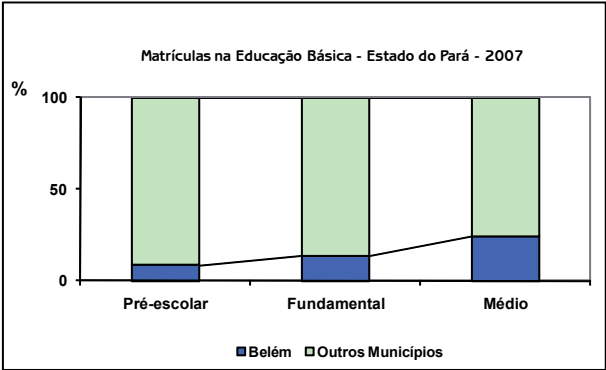


Gráfico 1 Distribuição das matrículas na Educação Básica no Estado do Pará – Belém e demais municípios, Censo Educacional 2007, Inep

las em Belém e no Estado do Pará, com maior proporção de estudantes no ensino privado na capital (15,29%) em relação ao estado (5,49%). Dos 168.156 estudantes matriculados no ensino privado no Pará, 41,18% estão em Belém.

No Ensino Médio, 6,26% dos estudantes do Pará estão na rede privada de ensino. Em Belém, esta proporção é maior: 14,42%.

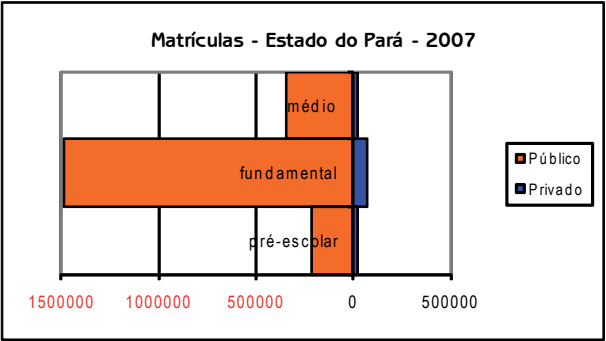


Gráfico 2 Distribuição das matrículas na Educação Básica no Estado do Pará – Escolas públicas e privadas, Censo Educacional 2007, Inep

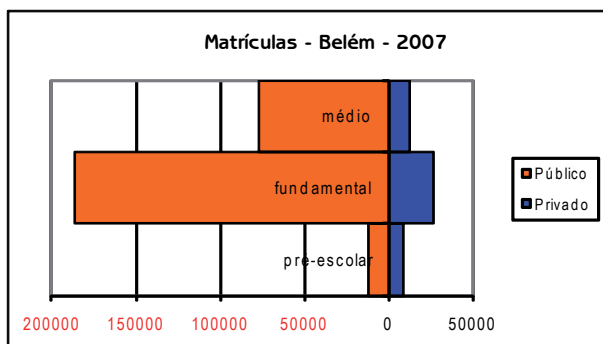


Gráfico 3 Distribuição das matrículas na Educação Básica no Município de Belém - Escolas públicas e privadas. Censo Educacional 2007, Inep

Em 2007, havia uma grande carência de vagas na educação pré-escolar no Pará, com menos de 250.000 matrículas em todo o estado. No total, havia 5.470 escolas com ensino pré-escolar no Pará, a grande maioria delas pública (92,17%). Apenas 10,66% das crianças paraenses estavam matriculadas no ensino privado. Em Belém, no mesmo ano, houve menos de 25.000 matrículas na pré-escola. Das 206 escolas com esta modalidade de ensino na capital, 100 eram públicas (88 municipais) e 106 privadas (fonte: IBGE – Cidades). Em Belém, 43,93% das crianças matriculadas na pré-escola estavam na rede privada.

Emprego de professores

Como em todo o nosso país, o mercado de trabalho para os professores no Pará oferece vagas em escolas públicas (municipais, estaduais e federais) e em escolas privadas. Cada uma destas “dependências administrativas” tem regras próprias que regem as relações de trabalho entre os professores e seus empregadores, como as formas de ingresso e progressão na carreira, a duração do trabalho, o salário, os direitos e os deveres dos professores.

Não se sabe, oficialmente, o número de professores em atividade em nossas escolas, sejam elas públicas ou privadas. Atento a este problema, o MEC, através do seu Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), está mudando a sua metodologia de aferição. Os primeiros resultados da aplicação desta nova metodologia foram publicados em abril de 2009. A Tabela 1, cuja fonte é este le-

vantamento, mostra como estavam distribuídos os professores da Educação Básica por dependência administrativa em 2007, no Estado do Pará.

Tabela 1 Número de professores de Educação Básica por dependência administrativa, no estado do Pará em 30/05/2007.

Dependência administrativa	Número de professores de Educação Básica
Somente na Federal	503
Somente na Estadual	11.603
Somente na Municipal	44.886
Somente na Privada	4.816
Federal e Estadual	32
Federal e Municipal	10
Federal e Privada	10
Estadual e Municipal	1.908
Estadual e Privada	582
Municipal e Privada	610
Federal, Estadual e Privada	05
Federal, Estadual e Municipal	00
Federal, Municipal e Privada	00
Estadual, Municipal e Privada	63
Total	65.028

Fonte: MEC/Inep/Deed. *Sinopse Estatística do Professor*. (versão preliminar)

Observa-se que são os municípios e o estado os principais empregadores e que vários professores trabalham em mais de uma rede.

Emprego na rede pública de ensino

Embora a Constituição e a legislação educacional brasileira sejam claras ao afirmar a necessidade de concursos públicos para o ingresso nas carreiras do magistério, nas escolas públicas ainda há muitos professores que ingressaram na carreira por outros caminhos e tinham o *status* de “temporários”.

No Estado do Pará, por ocasião de nossa pesquisa de campo, em 2006, estimava-se que havia milhares de servidores temporários no Estado do Pará, boa parte deles professores. Muitos foram contratados por uma lei de 1991, com o prazo

máximo de seis meses de contratação, prorrogáveis por igual período². Entretanto, leis posteriores, aprovadas pela Assembleia Legislativa, foram editadas, prorrogando os prazos dos contratos, de modo que havia servidores e professores temporários exercendo suas funções por mais de quinze anos.

Um termo de ajustamento de conduta, firmado entre o Estado e o Ministério Público, previa a substituição dos servidores temporários por funcionários concursados até 31 de julho de 2008. Este prazo foi prorrogado para junho de 2009.

Em novembro de 2007, foi realizado um concurso público para provimento de vagas, em nível superior, na Secretaria da Educação do Estado do Pará (Seduc) (Edital nº 1/2006 de 11/05/2005), ofertando 1.816 vagas para o magistério no Estado. Mas, até março de 2009, nem todos os concursados haviam sido nomeados. Havia ainda professores temporários. Uma professora falou de um problema que está acontecendo:

Muitos concursados têm pouca experiência no magistério. Por outro lado, há temporários com mais de dez anos de experiência. Conheço um professor recém concursado que precisou assumir o lugar de uma professora temporária, que estava na escola havia dezoito anos. Ele ficou muito angustiado com a situação.

Os professores temporários, quando comparados com os efetivos, têm menos direitos: não ganham adicional por tempo de serviço nem gratificação por ensino superior³. Quando demitidos, encontram dificuldades para conseguir novos empregos. O medo da demissão acarreta muitas preocupações: *há pessoas que não dormem direito, só pensando na demissão.*

A substituição de professores que adoecem ou faltam também era um problema. Dependia, em 2006, da disponibilidade de professores “sem carga horária” (carga horária incompleta): *Nunca houve professores substitutos. Antes, quando um professor ficava doente, outros faziam pró-labore, mas isto hoje é proibido.*

² Lei Complementar nº 7/91, de 25/09/1991.

³ Garantidas pelo Estatuto do Magistério Público Estadual, definido pela Lei nº 5.351/86 de 21/11/1986 e regulamentado pelo Decreto nº 4.714/87 de 09/02/1987.

Esta falta, até a 4ª série, podia ser suprida temporariamente. Uma orientadora educacional, na escola em que trabalhava, procurava resolver a falta de professores sem dispensar os alunos:

Se alguém adoece, não tem pessoal para substituir e as crianças geralmente são dispensadas. Mas, na minha escola, nós tentamos não deixar as crianças voltarem para casa. Uma das maneiras é que eu fique com elas: nós estudamos, fazemos os trabalhos, vamos agilizando.

Acima da 5ª série, esta substituição se torna mais difícil: *Se precisar substituir um professor de 5ª a 8ª série, por exemplo, que trabalha por hora-aula, tem que esperar que surja um professor com nível superior, sem carga horária.*

O valor dos salários dos professores da Educação Básica em escolas públicas é determinado pelos governos municipais ou estaduais. Nas escolas estaduais do Pará, em 2006, os que estavam em regime de vinte horas semanais tinham como piso salarial um salário mínimo⁴. Já em alguns municípios, este valor era maior, o que fazia com que professores do Ensino Fundamental municipal, que não precisavam obrigatoriamente ter nível superior, ganhassem mais do que professores do Ensino Médio estadual, em que é exigido nível superior. Um sindicalista explicou:

O que acontece é que, em alguns municípios, nós tivemos os planos de carreira aprovados. Há municípios em que o professor ganha um salário de R\$ 450,00, chega até R\$ 600,00 por um turno de vinte horas. Já no Estado, não existe plano de carreira: é por isso que continuamos nessa política de salário mínimo. Há doze anos que o Estatuto do Magistério não é implementado.

Esta situação é responsável por uma prática comum entre os professores: ter vários empregos: *Há casos em que se extrapola a carga horária máxima de duzentas horas mensais.*⁵

Em 16 de julho de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica, regulamentando disposição constitucional⁶. Este piso é o valor abai-

⁴ Este piso passou a dois salários mínimos em 2009, conforme informações dos professores.

⁵ A Secretaria de Estado da Educação, na Portaria nº 219/2007, estipulou carga horária máxima de duzentas horas, podendo, em casos excepcionais, ser extrapolada em, no máximo, oitenta horas.

xo do qual os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) não poderão fixar os vencimentos iniciais das carreiras do magistério público da Educação Básica para a jornada de, no máximo, quarenta horas semanais. O valor do piso salarial para profissionais com formação em nível médio na modalidade Normal foi fixado pela lei em R\$ 950,00 e reajustado a partir de janeiro de 2009, para R\$ 1.132,40. Para profissionais com jornada inferior a quarenta horas, o piso deve ser calculado de forma, no mínimo, proporcional. A partir de janeiro/2009, os entes federativos que estiverem pagando a seus professores valores inferiores a R\$ 950,00 deverão reajustar os salários com o aumento de $\frac{2}{3}$ da diferença entre o piso e o valor vigente. O $\frac{1}{3}$ restante deve ser acrescido em janeiro/2010, completando o piso. No que diz respeito ao plano de carreira e remuneração, a lei diz: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica”.

Emprego na rede privada de ensino

No ensino privado, é a Convenção Coletiva de Trabalho, firmada entre o Sindicato dos Professores no Estado do Pará (Sinpro/PA) e os estabelecimentos particulares de ensino⁷, que rege as relações empregatícias entre professores e escolas. Em 2006, entre outros itens, a Convenção reafirmava a necessidade de todos terem carteira de trabalho assinada. O Sinpro/PA fazia um alerta aos profissionais para coibir uma prática existente: algumas escolas não registravam seus professores.

Não aceite trabalhar sem carteira de trabalho registrada assinada, como instrutor, auxiliar de disciplina, estagiário etc. Exija sua qualificação como profissional. Não aceite salário por fora, o famoso PF, acordo em que o docente recebe um valor de hora-aula registrado na carteira profissional e outro fora da carteira sem qualquer comprovante. Essas manobras poderão prejudicá-lo no momento da rescisão do contrato de trabalho, de pleitear

⁶ Alínea “e” do inciso III do *caput* do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

⁷ Inclui Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Superior, cursos superiores de formação específica e pós-graduação, cooperativas educacionais, cursos preparatórios em geral, cursos profissionalizantes, cursos livres de qualquer natureza e cursos de Educação Especial.

benefícios de auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez, ou no processo de aposentadoria.

O piso salarial, ou seja, o menor salário que pode ser pago a um professor por um turno de trabalho, que equivale a vinte horas semanais, varia conforme o nível de ensino. Na época do nosso estudo, ele era menor para os professores de Educação Infantil até a 4ª série do Ensino Fundamental (R\$ 4,74 por aula ou R\$ 497,70 mensais). Para os professores do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série era de R\$ 5,10 por aula ou R\$ 535,50 por vinte horas semanais e, para os professores de Ensino Médio, de R\$ 5,20 por aula ou R\$ 546,00 por vinte horas semanais⁸.

Pela Convenção Coletiva de Trabalho, os professores têm um tempo para planejamento de aulas dentro do horário escolar, mas muitos corrigem provas e preparam aulas fora da escola em seus horários de folga: *Quando estou em casa, estou corrigindo provas.* Alguns procuram fazer isto na escola, durante as aulas, enquanto os alunos realizam alguma atividade.

Uma professora do Ensino Fundamental de uma escola privada, com uma turma de vinte e sete alunos, se considera *professora vinte e quatro horas*. Ela permite que as crianças lhe telefonem sempre que necessitam e gosta de manter esta proximidade com os alunos:

Quando eu saio do colégio, as crianças ficam me telefonando: “Tia, como eu vou fazer isso?”. Ligo para o celular, para casa, deixo até o telefone da casa da minha mãe. É gostoso, porque você passa a entender quando a criança está com dificuldade na escrita, por exemplo, ou se está com algum problema.

⁸ Segundo a Convenção Coletiva 2008/2009, estes valores passaram a ser: para professores de Educação Infantil até a 4ª série do Ensino Fundamental, R\$ 5,23 por aula ou R\$ 549,15 mensais; para professores do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, R\$ 5,70 por aula ou R\$ 598,50 por 20 horas semanais; para os professores de Ensino Médio, R\$ 5,81 por aula ou R\$ 610,05 por 20 horas semanais.

Segunda parte

A realidade de trabalho dos professores

A realidade de trabalho dos professores

Professores com jornadas de trabalho extensas

Por razões salariais, muitos professores lecionam em diversas escolas, privadas e públicas. Para muitos, a carga horária é pesadíssima. Há os que chegam a ministrar doze horas de aula por dia, cerca de duzentas e sessenta horas mensais.

Um professor do Ensino Médio (escolas privada e pública), com muitos anos de profissão, nos descreveu sua árdua rotina de trabalho: em média, quatorze horas de trabalho diárias, em três turnos, de segunda a sexta-feira, lecionando a disciplina de Biologia:

Eu trabalho em quatro escolas diferentes, três particulares e uma pública. Já houve momentos de trabalhar em sete escolas, hoje está mais leve. Minha carga horária atual é de duzentas e sessenta e cinco horas mensais, mas cheguei a ter trezentas e poucas horas. Começo às sete e meia da manhã, há dias em que começo sete e quinze. Quando chego, bato o ponto e já vou para a sala de aula. Quase diariamente, vou até quinze para as dez da noite. Tenho vinte e quatro turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. São turmas com, no máximo, cinquenta alunos, mas já cheguei a trabalhar em cursinhos com cem, cento e cinquenta alunos por turma. Na quarta-feira à noite já não trabalho, nem sábado. Por um momento, trabalhava aos sábados de manhã também.

Para ele, o fato de conseguir almoçar em casa é muito importante:

Eu almoço diariamente em casa, tenho essa felicidade. Acho que pouquíssimos podem fazer isto. Moro num local que dá para me deslocar facilmente e tenho carro. Eu diria que sou um privilegiado nesse aspecto.

Outro professor do Ensino Médio, que também tem os turnos da manhã, tarde e noite ocupados em dar aulas, descreveu com bom humor sua rotina pesada de trabalho, em escolas de bairros distantes e até de outros municípios. Como ele se desloca de motocicleta, denominou-se um *motoboy da educação*:

Eu saio de casa quinze para as sete da manhã. Moro em Belém e vou trabalhar do outro lado da cidade, numa escola que fica em um município vizinho. Neste percurso eu levo, no máximo, trinta minutos, de moto. Lá dou seis aulas, pego a mochila e saio. Tem um restaurante conhecido onde eu almoço. Então vou para uma escola em um bairro de Belém. Chego lá às treze e trinta e fico até dezoito horas. Saio e vou para outra escola, aonde chego às dezenove horas e fico até vinte e duas e trinta.

Um dos problemas mencionados foi que, em Belém, muitas escolas públicas da região central estão perdendo alunos. Estão se formando menos turmas, o que obriga o professor a se deslocar entre várias escolas para conseguir preencher sua carga horária.

Várias razões foram apontadas para este esvaziamento das escolas centrais. Uma delas seria o fato da Seduc ter construído escolas de Ensino Médio nos bairros periféricos. Os alunos estão buscando estas escolas, porque o centro de Belém fica muito deserto à noite, há perigo de assalto e dificuldade no transporte. Além disso, algumas escolas centrais funcionam em prédios antigos e deteriorados, alguns ameaçando até desabar.

Professor ou educador?

Em uma das reuniões, um professor de escola pública se apresentou como educador. Questionado por que não se apresentava como professor, explicou: *Existe uma diferença entre educador e professor.*

Esta explicação ensejou um debate, em que foi dito até que professor é um termo pejorativo. Para alguns, educar vai além da função de ensinar. Educador

seria um professor voltado para uma troca de experiências com os alunos, para a construção de conhecimentos, para provocar nos alunos uma reflexão sobre a realidade em que vivem, as perspectivas individuais e coletivas e outros temas relevantes.

O professor tem uma qualificação, uma formação: é professor. O educador está mais voltado para a educação propriamente dita. É um trabalho mais amplo. O próprio MEC, hoje, busca aplicar o termo educador, pela qualificação de fato, pelo papel da pessoa que trabalha com o aluno. O educador desenvolve não só o papel de ensinar, mas de educar, e isto passa pela troca de experiências. Nem todo professor é educador.

Uma professora do Estado, que trabalha há quinze anos na mesma escola de Ensino Fundamental num bairro periférico de Belém, disse:

Acho que, às vezes, algumas pessoas se colocam no papel de simplesmente professor: não têm compromisso com os alunos, de levantar a autoestima, mostrar novos horizontes. Transmitem o conteúdo e vão embora. Não se importam. Diferente do que acontece na minha escola. Lá, quando você chega ao trabalho, não quer que ele tenha só conteúdo; você quer transformar as pessoas. É uma luta constante para mudar aquela realidade.

E exemplificou:

Nós fizemos uma discussão sobre o Brasil que queremos com a minha turma da 4ª série. Aconteceram muitas coisas quando iniciamos a discussão sobre a violência e a expectativa que eles têm de futuro. Às vezes, o aluno não consegue perceber que tem um futuro, não reflete sobre isso. Quando surge a oportunidade, na sala de aula, para discutir, aparece uma infinidade de coisas. Depois, quando vai trabalhar numa redação ou alguma coisa assim, o aluno traz os elementos dele, da sua vivência, sua expectativa.

O desinteresse e a dispersão dos alunos

Este ponto foi um dos mais polêmicos para os professores. Todos estão sentindo que aumentou muito o desinteresse dos alunos: a maioria deles permanece dispersa durante as aulas.

Eles não prestam atenção, não querem saber. Às vezes eu digo: “A alma de vocês está longe: só a matéria está aqui”.

Hoje, principalmente na escola privada, o aluno fica com o celular, conversando durante a aula.

Na opinião de um professor:

Apenas 30% dos alunos estão interessados nas aulas. O ideal seria o inverso, 70% a 80% terem interesse. No primeiro bimestre, já dá para notar os alunos interessados e os dispersos. Há também o boletim e o Conselho de Classe. (Boxe 4)

Boxe 4: Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um organismo destinado a analisar e deliberar sobre questões relacionadas ao processo ensino-aprendizagem.

Ele deve ser constituído de: todos os professores de uma turma ou série; representação dos alunos ou seus responsáveis, no caso de menores de idade, nunca inferior ao número de professores; representação do núcleo pedagógico; diretor ou seu representante.

Compete ao núcleo pedagógico da unidade de ensino e, na ausência dele, ao diretor da escola, constituir e implementar o Conselho de Classe.

Compete ao Conselho de Classe debater o aproveitamento global e individualizado das turmas, analisando especificamente as causas do baixo ou alto rendimento das mesmas.

Fonte: Regimento Escolar das Escolas Públicas Estaduais da Educação Básica – Belém do Pará, 14/12/2004.

No Ensino Médio, nas escolas públicas, aparece um outro problema: o cansaço dos alunos que trabalham:

No Ensino Médio eu sou mais flexível, porque são alunos trabalhadores. Então preciso ser um professor dinâmico, mas ao mesmo tempo engraçado, porque, se eu não contar uma piada em sala de aula, eles ficam dormindo.

A questão do desinteresse dos alunos parece ser geral e já começar no Ensino Fundamental:

Eu trabalho no Ensino Fundamental e fico analisando a família. O pai sai para o trabalho e a mãe também. Como fica essa criança dentro de casa? É internet, “site”...! Imagine na adolescência, como elas vão estar? Não querem mais saber de pegar um livro para ler, não querem escrever. A nossa base está toda comprometida.

Vários professores tentaram explicar a dispersão dos alunos. Para um professor de escola privada, o fato dos alunos terem acesso, em casa, a muito mais recursos do que a escola oferece é um dos motivos do desinteresse nas aulas:

Antigamente as pessoas só tinham rádio, não havia televisão. Hoje não, o aluno tem televisão, computador, tudo isso. Quando a criança chega à escola, não dá muito valor, porque tem tantas coisas na casa dela! Ela vai porque o pai e a mãe estão empurrando.

Às vezes o aluno diz: “Professor, porque é que eu quero saber disso? Esse assunto não me interessa”. Vou dar um exemplo: você está falando sobre anatomia e fisiologia humana. Ele diz: “O que me interessa isso, se eu vou estudar Engenharia?”. Ele acha que tudo é desinteressante.

O que é mais interessante, a aula ou o computador? O comentário dos alunos é: “Fica rotineira essa aula, eu quero estar no computador”. Tudo para eles é computador. Eu, particularmente, continuo dizendo: “O computador tem seu limite”, mas eu não sei se, incutido pelas próprias famílias ou pela mídia, eles acham que tudo tem que ser na máquina.

A dispersão dos alunos é um desafio para o professor: *A dispersão exige de nós um trabalho redobrado.*

Para se contrapor a este desinteresse, o professor tem que criar formas de conquistar o aluno, como nas palavras de um professor experiente: *O primeiro papel do professor é conquistar o aluno. A partir do momento que tu conquistaste teu aluno, tu consegues dar aula.*

Como fazer isto? Ele continua: *Tu tens que fazer papel de artista, interagir com teu aluno. Isso é fundamental, tens que brincar com ele.*

Outros acham importante ocupar os alunos o tempo todo para evitar que eles se dispersem:

Minha técnica é deixar sempre o aluno ocupado. Tu vais passar um filme, deixa uma ocupação para ele: “Esta atividade tem que ser entregue agora, no final do filme”. Se tu deixares só o filme, ele vai puxar conversa de um lado e do outro. Por exemplo: tu vais fazer uma excursão? Dá um relatório para ele preencher. Não adianta chegar com um recurso e jogar para os alunos.

Técnicas como o trabalho em grupo podem ajudar:

O problema da dispersão depende da faixa de idade, porque o Fundamental, às vezes, requer outra metodologia. Algumas vezes eu percebo que a aula expositiva gera um desequilíbrio, fica cansativo. Então tu trabalhas com uma atividade em grupo.

Vários professores falaram das exigências a que estão expostos com a adoção de novas tecnologias, como o computador, *data show* e outros, principalmente nas escolas privadas:

Eu percebo que, hoje, há uma exigência muito grande dos alunos, principalmente na escola privada. Com a invasão das novas tecnologias, os alunos exigem que tu trabalhes com o computador, até mesmo com o celular. Eu tenho que saber o que está acontecendo para poder fazer com que o conteúdo passe. Às vezes, tenho que parar a aula e dizer: “O que é agora?”, aí eles vão contar do show que houve aqui em Belém e os Rebeldes vieram. Os Rebeldes são um grupo mexicano de música que tem uma novela na televisão. Ensinam uma besteira, contra valores na educação, na relação familiar. Ambientado numa escola. E isso está dentro da sala de aula hoje. Eu tenho que me familiarizar.

Mesmo usando novas estratégias metodológicas, os alunos ainda ficam conversando:

Nas aulas expositivas, os alunos conversavam muito e eu achei por bem mudar, começar a usar novas metodologias para atender os alunos em sala de aula. Uso um data show ou um filme. Ainda hoje assistimos a um filme e eles estavam conversando! Eu disse: “Qual é o problema agora?” Eles responderam: “Nós já vimos este filme na televisão!”

Na rede privada de ensino, uma professora de séries iniciais do Ensino Fundamental usou uma estratégia metodológica na elaboração de uma prova com a participação dos próprios alunos:

Tenho uma aluna cuja madrinha faz um trabalho no PAAR [nome de uma área de ocupação] com as crianças. Então, na ocasião do Natal, essa minha aluna foi para lá e separou os brinquedos para dar para as crianças. Fiquei pensando: vou elaborar uma prova diferente, colocar o texto dela, descrevendo o Natal das crianças lá do PAAR. As ilustrações serão feitas pelos alunos, que desenharam muito bem. Vai ser uma prova construída, na verdade, por todos eles.

Como se sente o professor frente a este desinteresse dos alunos? Desanimado, frustrado...

Há momentos em que a gente reflete: “Será que dá para continuar?” Mas aí você pensa: “Se eu cheguei até aqui, vou ter que levar; se eu não desisti até agora, não vai ser agora que vou desistir”.

Com toda franqueza, sinto um misto de frustração, porque, diante daqueles jovens, de uma geração que eu estou tentando preparar, eu observo que, num grupo de quarenta, menos da metade atinge aquilo que eu gostaria. Aí penso: “Será que estou no caminho certo, fazendo a coisa certa?”

Para motivar os alunos e interessá-los pela escola, algumas iniciativas interessantes foram mencionadas. Na escola pública, os professores podem escrever projetos dentro de sua área, que, se aprovados na Seduc, serão implantados na escola. O professor recebe um adicional por isto. Há projetos bem-sucedidos, como por exemplo:

Uma escola pública implantou o projeto “rádio da escola”, coordenado pelo professor de Português. Foi um sucesso, os alunos adoraram falar na rádio, dar mensagens. Havia lá um aluno brigão, que causava muito problema. Então eu tive a ideia de encarregá-lo de falar uma poesia na rádio. Ele disse que não iria conseguir, mas, no fundo, queria falar. No fim, ficou nervoso, mas falou. Depois disso, ele melhorou muito.

Outro trabalho realizado com sucesso por um professor de escola pública está descrito no Boxe 5.

Boxe 5: A feira de cultura como instrumento para despertar o interesse dos alunos pela escola

Eu trabalho numa escola da periferia, um bairro de alta periculosidade. Estou nessa escola desde 2003. Eu cheguei lá para transformar, não para dar sequência.

Neste período, a escola mudou muito. Começamos a trabalhar a feira da cultura e jogos diferenciados nas atividades na escola. Antes, a feira de cultura era preparada pela diretora e algumas pessoas, que organizavam os temas, subtemas e o que ia ser feito na feira. Eu comecei a discutir em conjunto, as crianças passaram a organizar o tema que iam desenvolver.

Nós temos nossa logomarca, o “banner” da feira, as camisas que fazemos todo ano. Os alunos participam da organização da feira, interação, têm que pesquisar e estar inteirados do assunto.

Ganhamos um prêmio por termos transcrito, em quadrinhos, a 10ª feira de cultura da escola. Algumas crianças desenharam e participaram, assim como alguns professores e o diretor. A Secretaria Estadual de Educação vai publicar a nossa revistinha.

Respeito e disciplina

Muitos professores se queixam de que, nas escolas privadas, não têm liberdade para chamar a atenção dos alunos quando necessário:

O professor não pode mais chamar a atenção, tem que ser colega do aluno, não há mais respeito em sala de aula. Quando faz uma advertência, o professor é chamado pela administração.

O que fazer em face desta indisciplina?

A coordenadora orienta, mas eu vejo que a coordenação e a supervisão não dão conta. Precisa ter um psicólogo nas escolas, mas a maioria não tem. Quando tem, às vezes, não dá conta. Porque é necessário analisar: o que está acontecendo com esse aluno? Isso é feito muito na escola, se conversa, se faz o mapeamento [mudar o lugar dos alunos em sala], se chama a coordenação. Quando não resolve, o professor uma hora explode.

Os mais experientes desenvolvem modos de lidar com a indisciplina:

Tem uma técnica que eu aprendi. O aluno pode não estar atento ao conteúdo, mas eu tenho uma força na sala. Quando um deles começa a conversar, paro e fico olhando para ele. Deixo a turma ver e os próprios alunos resolvem a situação. Aí o colega do lado diz: “Tu não vais deixar o professor dar aula?”. Então eu continuo com meu conteúdo.

Tem que ter o controle, o domínio da turma, o manejo de classe. O professor que não tem experiência grita com o aluno, se estressa. Uma coisa que eu não faço mais é mandar o aluno para fora da sala de aula. O que ele quer é isto! Eu não. Digo: “Escuta: és tu que vais ficar aqui, até depois da aula!”. Se o aluno está conversando, chego lá só no ouvido dele, falo só com ele. A turma todinha fica quieta para ouvir o que tu vais falar. Tu podes não dizer nada, mas ninguém vai querer ser o próximo a ser chamado à atenção.

Muitas vezes o professor fica sem saber como proceder diante da indisciplina e do desrespeito:

Eu me sinto desafiado como professor: como resolver esse problema? São os problemas sociais e psicológicos que criam uma demanda grande de jovens que causam problema na escola. Começa com a família, e a escola se torna refém.

Na escola privada, há alunos que são filhos de pessoas influentes e que, por isso, não podem ser punidos, como estes que aparecem nos relatos:

Um aluno, cujo pai é uma autoridade, pulou o muro e fugiu da escola. O pai acionou a polícia e o exército, fechou o quarteirão. Encontraram o menino no bar, tomando cerveja. Em sala de aula, ele disse que tudo havia sido uma “palhaçada” do pai e que faria tudo novamente!

Outro aluno esvaziou a mochila no chão da sala de aula, colocou-a na cabeça, e disse que não iria fazer prova. O professor então avisou que ele teria nota zero. Então, os pais vieram à escola e a direção mandou fazer outra prova! A mãe ainda reclamou do professor, dizendo que ele havia constrangido o aluno publicamente ao falar que ele iria tirar zero.

Esta política dos pais e da direção da escola pode levar o aluno a continuar sem limites na vida adulta, julgando que os pais irão sempre resolver seus problemas. Há casos de jovens que agem assim na faculdade e os pais ainda interferem para defendê-los!

Outro problema que acontece é o assédio sexual. Os professores se queixam que, hoje, sofrem muita pressão por isto:

Se você se fecha para o aluno, é chamado de conservador. Quando se aproxima, pode ser considerado assédio.

Há alunos que assediam professores e há alunas que ameaçam acusar o professor de assédio. Também há casos de professoras assediadas por dirigentes de escolas e professores que não se controlam e acabam cedendo às alunas.

As professoras precisam trabalhar com roupas folgadas, porque tem aluno que tira fotografia da professora e coloca na internet!

Vantagens e desvantagens do trabalho nas escolas públicas e privadas

Os professores que trabalham em escolas públicas e privadas falaram dos aspectos positivos e negativos de ambas. Em relação à estrutura física, algumas escolas públicas têm boa infraestrutura, mas a maioria dos professores descreveu escolas públicas precárias, situadas em locais de difícil acesso, com problemas como calor, ruído, instalações deterioradas e falta de recursos. Um professor do Ensino Fundamental disse que as condições da escola pública onde trabalha são tão ruins que fica impressionado quando os alunos conseguem aprender:

A escola pública onde eu trabalho é estruturada de uma maneira que não ajuda. Durante o trabalho, na sala de aula, há muito movimento, o tempo todo. Eu nem acredito quando um garotinho, que nos primeiros trabalhos não conseguia organizar nada, agora já está começando a ler. Não sei como ele conseguiu naquela movimentação toda.

Na escola pública em que eu trabalho é muito calor. Os quadros? Não tem. O quadro é furado, tu vais escrever, tens que segurar, porque ele fica balançando para um lado e outro. As paredes que fizeram, não têm mais. Não tem recursos, mas os professores estão lá, dando aula.

Recursos, como computador, ainda são muito escassos: *Na minha escola [pública] temos dois computadores desde o ano passado, mas não funcionam.*

Algumas vezes, o esforço do corpo docente acaba resultando na melhoria da escola, como aconteceu numa escola pública de bairro periférico:

A nossa escola fica numa área de ocupação. Ela foi adaptada num prédio que era um depósito da empresa que estava trabalhando na construção do conjunto habitacional, então é muito precária. Como nós ganhamos o prêmio estadual de gestão, aqui do Pará, o Secretário Estadual da Educação foi até lá e viu as condições. Ele vai mandar fazer a nossa quadra, que começamos há dez anos e só deu para fazer os alicerces. Também vai haver uma reforma elétrica e vão construir mais salas de aula. Outras três salas vão ser transformadas em biblioteca, sala de DVD e sala de informática.

As escolas públicas mais disputadas pelos alunos são aquelas com melhor estrutura (por exemplo, com ar condicionado) e mais organizadas.

Alguns professores julgam que a presença do professor e seu trabalho são mais importantes para os alunos na escola pública, que precisam conviver com o desconforto das instalações e a falta de recursos:

É mais difícil prender a atenção dos alunos com todo aquele desconforto.

Os alunos da rede pública, a única fonte que têm é o professor. Não têm aula particular, não têm mais nada. Eles antes eram muito relegados em termos de vestibular. Quem tinha recurso pagava cursinho para reforçar. Essa mudança da universidade, ter a cada ano uma cota, diminuiu essa distância.

Apesar destes problemas, muitos preferem o trabalho nas escolas públicas. Vários motivos foram apontados para isso. Nas escolas privadas, a incerteza quanto à manutenção do emprego preocupa o professor; há também maior exigência em termos de cumprimento de horário, faltas e outras questões administrativas e em relação ao desempenho dos alunos.

A grande diferença que há entre a escola pública e a privada, hoje, é que, na escola privada, você é cobrado, é avaliado. Se eu faltar na escola privada, sou descontado. Não posso adoecer. Se eu faltar muito, no final do ano vou para a rua. Todo ano tenho que provar minha competência.

As pressões sofridas pelos que trabalham no ensino privado são muito grandes. Na maioria das escolas privadas, a direção e a coordenação estão recomendando que o aluno seja tratado como “cliente”. O professor é considerado um “colaborador”. A escola tem necessidade de manter os alunos a qualquer custo. A relação comercial entre a escola e os pais se sobrepõe à autoridade do professor, que tem medo de recriminar o aluno e depois sofrer sanções. O professor não impõe regras na sala de aula com receio de desagradar alunos, pais e direção. Em caso de conflito, a postura dos pais é sempre em defesa dos filhos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) está fazendo uma campanha com o lema: “Educação não é mercadoria”.

Alguns professores acham que, comparados aos alunos da rede privada, os alunos da escola pública valorizam e respeitam mais o professor:

Eles não chegam desafiando: “Eu pago o senhor, o senhor tem que me dar essa aula. Se eu não passar, o senhor, no final do ano, vai embora da escola”, como fazem alguns alunos de escolas privadas.

Outra vantagem seria o fato de, em Belém, na Escola Pública, as turmas possuírem um número menor de alunos, comparativamente a algumas escolas privadas:

Para nós, que trabalhamos em escola pública, onde há cinquenta alunos por sala, dá para se trabalhar muito bem. Já em algumas escolas particulares, quanto mais alunos houver, melhor. Temos escolas particulares com oitenta, cem, cento e vinte alunos por sala!⁹

Também foi dito que o relacionamento entre colegas de trabalho é melhor na escola pública:

Na escola privada, pouco vou estar na sala dos professores, não dá tempo. Agora, na escola pública, já entro um pouquinho, principalmente no intervalo. Eu sinto uma interação melhor entre colegas na escola pública, sinto até mais prazer.

Para os professores, a escola pública depende muito da direção:

Quando o diretor é atuante, ele cobra mais dos professores, os horários são cumpridos e a escola funciona. Quando o diretor não quer nada ou não consegue nada por falta de apoio da Seduc, a escola fica sem comando, desorganizada, os professores não são cobrados, se dedicam menos, não têm motivação. Por exemplo: eu trabalho numa escola pública onde a diretora é atuante. A escola está cheia, precisou até devolver alunos, enquanto a escola vizinha está vazia.

⁹ A Portaria nº 219/2007 da Secretaria de Estado da Educação estabelece, para a Educação Infantil, um professor para cada turma de até 20 alunos (de 3 a 5 anos) e, no Ensino Fundamental ou Médio, no máximo 40 alunos (5ª a 8ª séries do Fundamental e 1ª a 3ª séries do Ensino Médio).

Alguns professores de escolas privadas sentem que têm uma “dívida” com a escola pública, por serem ex-alunos:

Eu também vim de bairro periférico. Toda a minha vida profissional foi na escola privada, mas sempre tive vontade de trabalhar em escola pública. Só consegui três anos atrás, em vinte e quatro anos de magistério. Sempre achei que tinha um débito com a escola pública. Eu digo que tudo que consegui foi através da escola pública. É gostoso. Apesar das dificuldades, tem o prazer.

Este sentimento de dívida com a escola pública se deve, também, ao fato dos professores perceberem que, lá, não conseguem dar a mesma aula que dão na escola privada. Segundo um deles, a qualidade das aulas depende do interesse dos alunos:

Na escola pública, quando tem uma turma boa, a gente incentiva. Eu acho que algumas escolas públicas dão retorno para você. Agora, muitas vezes, você não tem um retorno dos alunos, então vai se acomodando.

Os professores observam que há colegas que trabalham com menor empenho e dão um tratamento pior aos alunos na escola pública:

Na escola pública, muitos professores não dão a mesma aula que na particular: o tratamento é diferente. Mas isto vai depender de cada um. O indivíduo que é bom profissional, a mesma aula que dá na escola privada também dá na pública. Ele não pode dar o conteúdo na mesma aceleração, porque há alunos na escola pública que não tiveram o mesmo embasamento dos da rede privada, mas a qualidade da aula é a mesma.

Eu tinha uma colega que, na escola privada, dizia para os alunos: “Meu amor!”. Na escola pública dizia: “Vem cá, moleque!”. Eu perguntei a ela: “Por que você trata os alunos assim?”. Eu acho que, se você dá aula, tem que dar com amor, tanto na escola privada quanto na pública, porque são crianças, são cidadãos.

Também foi dito que, na escola pública, há professores que separam os melhores alunos e só trabalham com eles, deixando os outros alunos relegados.

Uma professora que participa do Conselho Estadual de Educação observou que vários conselheiros criticam a escola privada e defendem a escola pública de qualidade. No entanto, a maioria deles coloca seus filhos em escolas privadas, em

busca de melhor qualidade de ensino, o que é uma contradição. Mesmo os professores de escolas públicas procuram colocar seus filhos em escolas privadas.

As dificuldades dos alunos com a leitura e a compreensão de textos

Os professores, tanto os de escolas públicas, como os de escolas privadas, em vários momentos de nossas reuniões, expressaram sua preocupação com um fato extremamente grave, relacionado às dificuldades de seus alunos com a leitura: *O aluno lê, mas não sabe interpretar.*

As dificuldades são muito frequentes:

Venho falando nesta questão há muitos anos. Isso não é só no Ensino Fundamental. O aluno não sabe interpretar comando de questão, não sabe o que lê. No Ensino Médio, é a mesma coisa. Você faz uma questão de genética, ele não sabe o que você está pedindo. Esse é o problema do nosso aluno. Se você dá um texto pra ele, ele não sabe interpretar. Lendo ele está, mas não sabe interpretar. Ele lê normalmente, mas, quando eu pergunto: “Agora me explica o que foi que tu leste. Isso aí trata do quê?”, ele não sabe.

A diferença é: ler é decodificar os símbolos; o entendimento é perceber o que contém. Decodificar ele decodifica normalmente, mas não sabe interpretar. O que adianta uma pessoa saber ler assim? Tem muita coisa errada!

O assunto é motivo de grandes discussões entre os professores:

Por exemplo, tem esse livro e o filme desse livro. Tu mandas ele ler o livro e te contar o que leu. Ele não vai contar nada. Agora, se tu colocas o filme para ele assistir, ele vem te contar o filme todo.

A gente passa um problema de Matemática, como, por exemplo: a professora foi à feira com R\$ 100,00, comprou tantos quilos de carne, pagou tanto etc. Quanto sobrou de troco? Se tu perguntares por etapas, ele responde uma a uma. Mas se perguntares logo quanto sobrou, ele vai pegar todos os números que aparecem na conta, vai juntar, está entendendo? 5ª série! Tem aluno que faz desse jeito. Quer dizer, se tu não esmiuçares o problema...

Agora, se tu pegares os números e pedires para ele fazer a adição, ele sabe direitinho, ele faz, mas na hora de fazer a interpretação, não sai nada.

Estas dificuldades preocupam os professores e suas causas permanecem motivos de discussão:

Isso tem que ser trabalhado desde o início, desde o Jardim.

Vê-se muito isso na escola pública. O aluno que trabalha de dia, às vezes, vai ler um texto e não consegue interpretar. Pega um texto e lê como se fosse um gravador. Só que ele não entende o que está naquele texto. Isso está acontecendo na universidade!

Uma das causas levantadas para esta deficiência é a chamada “progressão continuada” e a pressão sofrida pelos professores para aprovar alunos que normalmente seriam reprovados. Nas escolas privadas, muitos professores sentem que são pressionados a aprovar os alunos e, muitas vezes, eles acabam passando de ano sem terem aprendido. Isto acaba sendo um prejuízo para os estudantes.

Ao tratar da questão da avaliação, um professor do Ensino Fundamental e Médio afirmou:

Se o aluno não passa de ano, tem as recuperações e, no final, ele passa! Isso é um problema, porque esse menino vai sendo jogado e, quando ele chega ao 3º ano do Ensino Médio e vai para uma disputa de vaga de uma universidade pública, ele não passa.

Um professor de escola pública falou do projeto que apresentou na área de leitura. Devido ao sucesso da iniciativa foi chamado para dar um curso na USE (Unidade da Secretaria de Ensino) para os gestores de outras escolas, com o objetivo de reproduzir o projeto em outras unidades:

Eu, como sou formado em Letras, apresentei um projeto, “sala de leitura”, que foi aprovado. Então implantamos na escola. Há um horário para cada turma. Os alunos praticam leitura silenciosa e oral. Eu mando ler um texto, no início textos bem simples, como recortes de jornal, e peço para o aluno me contar o que leu. Os meninos gostam muito de letras de música, as adolescentes gostam de histórias românticas. No início vou só observando as

dificuldades, depois vou trabalhando com elas. Os alunos levam livros para casa e depois vêm contar o que leram. Isto é importante, porque muitos têm vergonha de falar e isto atrapalha até nas entrevistas para conseguir emprego. Nós lemos “Sonho de Uma Noite de Verão”, de Shakespeare, e eu contei, por exemplo, há quanto tempo ele havia escrito a peça. A sala tem ficado lotada! Estou com a ideia de levar o jogo de xadrez para a sala de leitura; a professora de artes gostaria também de fazer um trabalho com música.

Violência e drogas nas escolas

A rápida mudança na sociedade, nos últimos anos, trouxe para os professores muitos problemas que eles não sabem como enfrentar. Um deles, bastante grave, é o da violência, da criminalidade e do uso de drogas.

A questão da droga hoje, nas grandes capitais, é muito forte e chegou às escolas.

O que eu vejo muito na escola pública, principalmente à noite, é a questão das drogas, lícitas e ilícitas.

Machuca muito você ver um aluno que é excelente em Matemática, mas que, durante a aula, vai à esquina e traz uma garrafa de refrigerante, mas na verdade está tomando é cachaça. Um menino que tem um potencial muito grande, se continuar, vai brilhar, só que não vai continuar. Você sente pena, mas o meio acaba corrompendo. Eu, quando comecei, me estressava muito.

Outro problema que ocorre em Belém são as brigas de gangues de escolas rivais.

Há uma rivalidade muito grande entre escolas públicas. Muitas vezes o indivíduo, para entrar na escola e introduzir a droga, usa a camisa do colégio como disfarce. Ele não é aluno, mas entra.

Não há uma receita única para enfrentar o problema, que ultrapassa as competências da direção da escola e principalmente dos próprios professores. Mas algumas escolas sabem como proceder:

*Quando surge este tipo de caso, encaminha-se para o Conselho Tutelar, se chama a polícia, se faz ocorrência, todos os trâmites.*¹⁰

Já em outras, a direção e a coordenação ficam de braços atados porque sofrem ameaças.

Não posso falar nada porque eles [os alunos] podem me pegar lá fora, quebrar o meu carro, invadir.

O cara pode ser o maior viciado, mas enquanto tu não pegares ele em flagrante, tu não podes falar nada.

Um professor com grande experiência no trato de adolescentes diz:

O problema todo é o seguinte: a maioria destes jovens, hoje, os pais sabem que eles são usuários de droga, só que eles estão de mãos atadas, porque não sabem o que fazer. Porque a questão da droga, hoje, nas grandes capitais, é muito forte. A gente chega a ponto de, por exemplo, ir a uma festa e contar quem não usa droga.

Alunos com necessidades especiais

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Capítulo IV, Art. 54, item III) dispõe: “É dever do Estado: assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O Regimento Escolar das Escolas Públicas Estaduais de Educação Básica do Pará (Seção VI, artigo 62, item X) cita, entre os deveres do professor: “Planejar, em colaboração com o professor especializado, as adaptações pedagógicas necessárias às especificidades de aprendizagem, para atender alunos com necessidades educativas especiais”.¹¹

¹⁰ O Conselho Tutelar é um órgão que zela para que os direitos de crianças e adolescentes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sejam cumpridos (artigo 131 da Lei 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente) por aqueles que seriam responsáveis por tal cumprimento (que podem ser, em primeira instância, a família e, depois, a Sociedade e o Estado). No caso de ato infracional praticado no ambiente escolar, o ECA (artigo 112, itens I a V) contém sanções que podem ser aplicadas a adolescentes infratores. São as chamadas medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

Nas reuniões, os professores, principalmente das escolas públicas, falaram da dificuldade de trabalhar com alunos com necessidades especiais:

Nessa turma que eu peguei agora, são trinta e seis crianças de 2ª série. Cerca de dezessete têm problemas, até neurológicos. Nós mandamos para o especialista e havia crianças nas quais foram detectadas até duas patologias. Elas não estavam avançando mais, estacionaram num nível. Aí nós, com essa implementação que fizemos da sala de apoio pedagógico, e através do COES (Centro de Orientação e Educação Especial), conseguimos que elas fossem levadas ao neurologista e ao psicólogo. Os professores estão participando de um curso sobre educar para a diversidade. Como só deram o curso para algumas escolas, nós enviamos os professores que tinham mais alunos com problemas por sala, embora todos tenham.

Também há falta de profissionais especializados para lidar com “crianças hiperativas”:

Estou falando daquela criança que não senta, passa a aula toda correndo dentro da sala de aula, fala pelos cotovelos e que, se cai um grampo, ela tem que olhar. É uma criança que tem muita dificuldade para aprender, porque a sua atenção é desviada por tudo. Dispersa, ela não se concentra, só no que interessa de fato. Porque se a atividade não for interessante, aí é que ela não vai se interessar mesmo.

Eles sentem que não têm a qualificação necessária para lidar com essas crianças e que há falta de profissionais especializados nas escolas:

Eu acho que o problema é da nossa metodologia...

O problema não é do professor. Aí existem várias situações: nós não trabalhamos em conjunto com a secretaria da escola, não temos professor especializado e nem material didático necessário. A nossa formação também não dá conta de cuidar de várias crianças assim, porque há muitas numa classe.

¹¹ Dados do Censo Escolar de 2007 indicam um total de 15.885 matrículas na Educação Especial no Estado do Pará. Destas, 7.349 (46,26%) foram matrículas em escolas exclusivamente especializadas ou classes especiais de escola regular e 8.536 (53,74%) em classes comuns do ensino regular.

Uma orientadora educacional de uma Escola Pública contou o que aconteceu com um aluno muito indisciplinado, que sofreu até pressão para deixar a escola, mas que, na verdade, tinha dificuldades específicas e necessitava de atenção especializada:

Na minha escola havia um aluno problemático. Eu sentia que havia uma pressão para ele sair da escola¹². Mas eu achava que, pelo fato de ter muita dificuldade na aprendizagem, ele fazia toda aquela confusão para ninguém perceber que ele não sabia. Muitas vezes, eu o levava para a minha sala, tirava da sala de aula para melhorar o clima entre ele e o professor, fazia atividades. E percebia que a dificuldade maior dele estava na área de leitura e escrita. Nós já tivemos outros casos de alunos com o mesmo problema. Como a equipe da escola, na época, era maior, nós tínhamos duas orientadoras e duas supervisoras, dava para fazer um trabalho conjunto com os alunos. Nós conseguimos melhorar o relacionamento desse aluno com a escola, mas ele abandonou a escola. Eu acho que não abandonou porque quis, foi toda essa pressão que ele sofreu. Mas vários desses alunos avançaram, não são nem mais nossos alunos hoje. Alguns melhoraram, outros se destacaram no esporte.

As questões dos “sistemas de ensino” na rede privada e da adequação do conteúdo programático ao vestibular

O conteúdo programático das escolas públicas é dado pela Secretaria de Educação (Seduc). Mas, no Pará, particularmente no Ensino Médio e nas escolas privadas, há uma grande diversidade no que diz respeito ao currículo adotado.

Na rede privada, muitas escolas adotam os chamados “sistemas de ensino” ou material próprio.

Agora tem essa novidade: os “sistemas de ensino”. Um deles, muito usado nas escolas que trabalham com o Ensino Fundamental, vem de um colégio,

¹² O Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigo 5º) é claro: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

que passou a produzir o seu material e difundiu para todo o Brasil. Hoje, ele é uma potência na área educacional. É um material caro. Muitas vezes, nas escolas que o adotam, os professores começam a colocar o material próprio, as apostilas que muitos constroem, deixando de lado o “sistema de ensino”.

No Ensino Médio, a escola rompe com o “sistema de ensino”, principalmente aqui no Pará. O problema é que esses sistemas não contemplam o programa do vestibular. O vestibular do Pará é voltado, muitas das suas questões, para a região.

Aqui em Belém, quem tem ideia de levar o aluno para o vestibular trabalha muito com o Prise (Processo Seletivo da Universidade do Estado do Pará), e o PSS (Processo Seletivo Seriado da Universidade Federal do Pará)¹³. A gente tenta conciliar estes dois conteúdos durante o ano. A equipe de professores se reúne, prepara o material em cima desse conteúdo para se trabalhar no Ensino Médio. Aí entra o problema, porque nem sempre o que tem no Prise tem no PSS. O que é exigido no vestibular são duas realidades que às vezes não se coadunam. Então você tem que trabalhar com um conteúdo muito mais amplo, porque o aluno pode não fazer o Prise e fazer o PSS. Tem escolas, inclusive, que abrem turmas especiais para atender a essas necessidades. Então se amplia ainda mais a carga horária.

Há também escolas que trabalham com apostilas próprias, elaboradas pelos professores:

Eu trabalho muito com pré-vestibular (3º ano), então, normalmente, a gente trabalha com uma apostila. E, mesmo para o 1º, 2º ano, há escolas que já tem a apostila própria. É uma produção do professor. Na escola em que trabalho é assim, a gente se baseia no conteúdo do material apostilado. Eu, particularmente, pouco utilizo livros.

Outras escolas trabalham principalmente com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

¹³ O Processo Seletivo Seriado da Universidade Federal do Pará (PSS) fazia uma prova para cada ano do Ensino Médio. O resultado era uma média das notas obtidas nas três provas. Em 2009, será feita a última prova dentro destes moldes; depois, só haverá um vestibular convencional para alunos que concluíram o Ensino Médio.

A minha experiência é um pouco diferente, uma vez que, a cada ano ou dois, há uma sugestão de livros das editoras. Há também um conteúdo básico, Parâmetros Curriculares Nacionais. Nós fazemos o planejamento. Então, há um programa definido, a nível nacional e de Estado, mas há também sugestões de metodologias e de procedimentos que algumas vezes a escola aceita e propõe para os professores, inclusive com novas tecnologias.

O conteúdo programático da Educação de Jovens e Adultos (EJA) também difere daquele do Ensino Médio regular:

No caso do ensino público, há um conteúdo programático que também não coaduna com o Prise e o PSS. Quem trabalha com EJA já é outra realidade, porque o conteúdo é muito sucinto. Eu trabalho com EJA: passa longe do PSS. Aí fica essa briga: o Estado, em nível fundamental, procura seguir certo conteúdo, definido em nível nacional e também segue o PSS. Na escola pública em que eu leciono [Ensino Médio], observamos de perto o conteúdo do PSS, da Universidade Federal, deixando de lado o do Prise.

A desvalorização do trabalho do professor

Os professores sentem que o seu trabalho não é valorizado devidamente, tanto no que diz respeito à remuneração, quanto ao reconhecimento da sua importância pela sociedade e pelos próprios familiares.

Uma das causas da baixa remuneração, segundo alguns, é a falta de mobilização política:

Quando fiz o Ensino Médio e fui fazer o vestibular, eu sabia o que queria. Fui fazer licenciatura porque quis. Tive oportunidade de ter feito engenharia, estava na minha área, mas preferi ficar no magistério, sabendo que o salário era baixo. Agora, o que não contava é que, com o passar desses anos, o salário se tornasse cada vez menor, a categoria cada vez mais desvalorizada, menos politizada. Muitas categorias são muito mais politizadas que a dos professores. Nós temos o hábito de ficar reclamando uns para os outros, nas conversas de grupo, mas não somos capazes de reivindicar nossos direitos, nossas condições de trabalho.

Vários participantes ressaltaram o fato de o professor ganhar menos que outros profissionais com o mesmo nível de formação, o que consideraram injusto:

Uma vez, estava dando aula particular para o filho de uma doutora. Quando acabei, ela perguntou: “Professor, quanto é?”, eu respondi: “Foram três horas de aula, são R\$ 80,00”. Ela então falou: “Credo, professor, R\$ 80,00!”. E eu argumentei: “Mas doutora, a senhora, por trinta minutos, ganha mais que isso; eu fiquei três horas com o seu filho”. Quer dizer, o outro profissional desvaloriza o nosso trabalho.

Além da baixa remuneração, que é importante, é preciso considerar que nós passamos uma vida estudando, nunca paramos de estudar. Por exemplo, quanto ganha um médico ou um engenheiro pelo que faz? Fazendo uma comparação, nós estudamos tanto quanto eles e somos tão importantes quanto eles. Porque ganhamos menos?

Tenho dois filhos fazendo magistério. Eu digo a eles: “Não estudem hoje para ficar em sala de aula, vocês tem que estudar para trabalhar em consultoria ou qualquer outra área de atividade, vocês vão ganhar muito bem”. Se eu fosse consultor na minha área, iria ganhar muito mais e trabalhar só com a cabeça, sem precisar do dia a dia, desse desgaste.

Uma alfabetizadora do Mova, que sente orgulho em fazer este trabalho, contou porque, anos atrás, desistiu do magistério e foi para outra carreira:

Eu ia fazer o magistério, fiz um ano e cancelei, acabei fazendo contabilidade, porque não queria ser professora. Eu estudava no Maranhão e via a situação do professor: uma classe muito discriminada, desvalorizada, principalmente no interior. Professor, lá, era a última profissão. Quando alguém não encontrava trabalho melhor, ia ser professor.

Um assunto que tem preocupado educadores é que a maioria dos alunos do 3º ano do Ensino Médio não quer mais fazer magistério:

Eles dizem: Professor é coisa de pobre! Quero ter uma profissão mais valorizada.

Até os alunos de licenciatura não pretendem dar aulas ao terminar o curso. Perguntados sobre os motivos para isto, alegam que não querem “aturar” alunos, entre outras razões.

Eu acho que não vai haver professor para as próximas gerações!

Problemas para conciliar trabalho e vida pessoal

Ao descrever o seu regime de trabalho, um dos participantes disse que não abre mão dos fins de semana de descanso:

Existem os trabalhadores anormais da educação. Os que trabalham sexta, sábado, domingo, feriado, à noite, de madrugada, para ganhar dez, quinze mil reais. Mas eu não quero a vida que eles têm. Já passei domingos e domingos corrigindo prova, mas, hoje, chego lá em casa e esqueço que sou professor.

O seguinte diálogo aconteceu quando uma professora da Educação Infantil falou dos seus problemas familiares, por causa do trabalho, enquanto outra mencionou a dificuldade de conciliar os papéis de mãe e professora:

Um dos motivos que eu brigo em casa é porque meu marido quer que eu deixe de ser professora. Lecionar é uma coisa que eu gosto de fazer, mas ele acha que isso não tem futuro, que estou sendo escrava. Ele costuma dizer assim: “eu trabalho menos que você e ganho muito mais”.

Eu percebo que o que o professor não consegue fazer é atender todo esse desafio, porque ele tem a própria família.

Problemas de saúde ocupacional

Vários problemas de saúde acometem os professores, como transtornos mentais, problemas de voz e outros.

Os transtornos mentais são muito frequentes, entre eles: estresse, ansiedade, depressão. Vários fatores concorrem para este desfecho, a maioria deles já discutidos em outros tópicos:

- Medo de perder o emprego em professores de escolas particulares e professores temporários da rede pública.

- A política das escolas privadas, que consideram os alunos e seus pais como clientes, que o professor não pode desagradar.
- As exigências das escolas privadas em relação a horário, faltas, aprovação de alunos etc.
- Perda da autoridade do professor.
- A indisciplina dos alunos e seu desinteresse pelas aulas.
- A violência e o uso de drogas nas escolas.
- Assédio sexual e moral.
- A desvalorização de seu trabalho por parte da sociedade, incluindo direção das escolas, alunos e pais.
- As pesadas jornadas de trabalho, em decorrência dos baixos salários, com deslocamentos frequentes entre as diversas escolas.

Na escola privada é essa exigência, os “sistemas educacionais”, as metodologias, dar conta de realidade social e psicológica dentro da escola, e isso acaba gerando estresse no professor.

Muitos colegas da escola pública têm problema de pressão alta, estresse, nervosismo. Eu mesma tomo remédios para dor de cabeça constantemente.

Temos um colega que trouxe um atestado médico que o afastava da sala de aula, então foi colocado na biblioteca. Não funcionou, então trouxe outro atestado dizendo que ele não pode ter nenhum contato com aluno. Ele parece bem, mas, quando vê um aluno, fica nervoso e precisa tomar remédio!

Em Belém, o problema da voz, que acontece frequentemente com quem leciona, é agravado pelas condições climáticas. As instalações precárias nas escolas públicas, com problemas de calor e ruído, também contribuem.

Há períodos, aqui na nossa região, que é uma variação de temperatura tremenda, e os professores se acabam. O professor que não tem experiência grita e se estressa, mas, quando ele já está no mercado, sabe como funcionam as coisas. Quando está com problema de voz, ele não vai dar aula expositiva, vai fazer uma atividade diferente.

Temos que gritar porque a sala é toda vazada e o barulho entra. Isto dificulta muito.

A asma e a rinite pelo giz, também estiveram entre as doenças mencionadas, assim como problemas causados por posturas incorretas:

Na escola onde trabalho, as lousas ainda são verdes, mas nós estamos vendo se fazemos alguma coisa para colocar pelo menos meio quadro branco, porque há pessoas asmáticas na escola. Eu sou uma asmática pelo giz, há muito tempo. Precisei, inclusive, uma época, largar a sala de aula por causa do giz.

Uma professora que trabalha numa unidade de Educação Infantil lembrou que o mobiliário das salas não pode estar de acordo somente com as atividades desenvolvidas com as crianças, pois nem todas as atividades inerentes ao seu trabalho podem ser realizadas no mobiliário infantil.

Eu trabalho com as crianças do Infantil, com crianças de quatro anos. Tenho muita dor na coluna, porque nós sentamos no chão a maior parte do tempo. Não tem cabimento as crianças se sentarem no chão e eu em uma cadeira. Antes não tinha nem cadeira para nós, só cadeiras pequenas para os alunos. Agora já temos. Como é que se vai planejar sentada numa cadeira dessas? A minha coluna não aguenta.

Em geral, o trabalho do professor foi considerado árduo:

Corrigir prova, o braço dói mesmo! Muitas provas.

Não é que o trabalho do professor seja braçal, mas, quantas aulas você dá durante o dia? De manhã, de tarde, nem almoça em casa, é isso: o trabalho é árduo, você tem que planejar.

Após anos de experiência, um professor concluiu que, se estiver doente, não vai dar aula:

Já tive uma experiência de trabalhar numa escola em que eu vestia a camisa e fazia de tudo; eu estava com febre e me ligavam: “dá para você vir cá?”. E eu: “estou indo!”. Aí, sem mais nem menos, perdi o emprego! Aprendi uma coisa: não trabalho se eu não estiver cem por cento. Se eu tiver uma gripe, não vou dar aula, porque a gripe contamina os outros alunos, vai todo mundo ficar gripado. Aí, a coordenadora vai dar um jeito de alguém me substituir, e depois eu vou tentar repor o conteúdo em sala de aula.

O prazer de ser professor

Convidados a descrever seu trabalho, os professores falaram nas dificuldades que encontram, mas também no prazer que sentem ao ensinar. Ser professor, segundo eles, pode ser gratificante de muitas formas: o afeto dos alunos, a convivência com jovens e crianças, a satisfação de contribuir para a formação das pessoas.

Segundo uma professora da Educação Infantil:

Ser professor é uma coisa que você gosta, que você faz por amor, uma coisa diferente. Quando eu entro no colégio e vejo meus alunos correndo para me abraçar, esqueço tudo.

Outro professor contou:

Logo que comecei, um colega me disse: ser professor é uma cachaça, rapaz, se tu começares, não vais te livrar disso nunca mais!

Ele citou um aspecto positivo da profissão: *Nessa nossa profissão só fica desempregado quem é muito parado.*

Outros também falaram do que gostam na profissão:

A parte boa é que gosto de ensinar. Eu fiz uma opção. Gosto da juventude. Você renasce. É uma coisa que eu diria até que não é racional, é instintiva, você sente que é importante para você.

Acho que, só de encontrar um aluno seu hoje como engenheiro, médico ou motorista, mas sendo um cidadão acima de tudo, você pode saber que, de alguma forma, contribuiu para a formação daquela pessoa. Isso é que me gratifica. Eu sabia que o salário era baixo, minha mãe foi professora e tinha dez filhos, ela podia dizer. Dei sorte, porque trabalho há muitos anos numa escola particular, considerada de elite. Trabalho também, hoje, na escola pública. Tudo o que tenho, o que consegui, foi com o magistério, não posso me queixar.

O que me gratifica mais ainda é encontrar o aluno na rua e ouvir dele: “Professor, o senhor se lembra de mim?” Alguém que foi meu aluno de 6ª ou 7ª série, quando era adolescente. Eu não tenho como reconhecê-lo, mas ele vai me reconhecer sempre. Por que ele está falando comigo? Provavelmente porque eu marquei, fiz alguma coisa de bom!

Terceira parte

O trabalho de professores da Educação Infantil

O trabalho de professores da Educação Infantil

Professores da Educação Infantil, pelas próprias características do trabalho, lidam com problemas diferentes dos outros professores da Educação Básica: *A Educação Infantil é uma realidade totalmente diferente.*

Em geral, as professoras sentem que seu trabalho é menos valorizado. Muitas vezes ao serem chamadas de “tias”, respondem: *Não, tia não! Eu sou professora!*

Este trabalho normalmente é menos valorizado, porque as pessoas acham que as professoras são babás, que cuidam. Se a mãe chegar e encontrar a criança machucada, ou tiver perdido algum pertence, é um problema.

Esta realidade também muda, quando nos referimos a escolas públicas ou privadas.

Rede pública

A unidade de Educação Infantil funciona também como uma espécie de guarda para a criança, por não ter ninguém que fique com ela.

Lá no bairro, geralmente as crianças passam o dia sozinhas. As mães são domésticas ou fazem outro tipo de trabalho e, geralmente, não podem cuidar dos filhos.

Quando a professora falta por algum motivo, há muitas reclamações, porque as mães chegam à unidade e ficam sabendo que o aluno vai ter que voltar. Não existe professor substituto. A Secretaria da Educação está contratando estagiários, estudantes do curso de Pedagogia, que recebem R\$ 300,00 [ano

de 2006] para ajudar a professora. Eventualmente, na falta dela, eles assumem uma turma, o que não poderia acontecer.

O horário das crianças saírem da escola vai até as 18h, que é o limite. O portão fica trancado, a criança não pode sair, só com os pais ou pessoa autorizada. A maioria vai buscar os filhos na hora, mas algumas crianças (geralmente as mesmas) ficam lá até as 18h30 ou 19h. A orientação, quando passar do horário, é levar para o Conselho Tutelar, mas isso muitas vezes não resolve. As professoras notam que a criança se ressentir com esta demonstração, então, às vezes, acabam ficando junto com ela.

Quando a criança fica doente, a escola tenta entrar em contato com os pais e pede que venham buscá-la, recomendando para ir ao médico. Muitos pais não fazem isso e no outro dia a levam, mesmo doente, para a escola. Às vezes a escola aceita, porque a mãe argumenta que trabalha e não pode levar o filho ao médico. Mas há casos em que a professora insiste que a criança seja levada, porque ela pode acabar piorando e a responsabilidade não é da escola.

O Boxe 6 contém a descrição de um dia de trabalho de uma professora da Educação Infantil na rede pública.

Boxe 6: Uma tarde de trabalho de uma professora de Educação Infantil

Lúcia é professora em uma unidade de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Belém, situada na periferia da cidade, que recebe crianças em horário integral, das 7h30 às 17h30. Sua classe – Jardim 1 – tem 25 alunos de quatro anos de idade que ficam sob a responsabilidade de duas professoras. A primeira fica até as 12h30 e Lúcia até as 18h30.

De manhã, as crianças chegam e fazem a rotina: conversar, cantar etc. Então vão lanche. Para muitas delas, essa é a primeira refeição do dia. Em seguida, voltam para a sala, fazem as atividades pedagógicas e recreativas, tomam banho e almoçam.

Quando Lúcia chega, os alunos estão descansando, deitados. Quando acordam, dobram e guardam o lençol e, junto com a professora, guardam os colchonetes. Depois ela os leva para lanche. Após o lanche, é hora de fazer as atividades. A escola tem televisão, DVD e aparelho de som, mas Lúcia pouco usa a televisão, porque é preciso pedir no dia anterior. A professora permanece sentada no chão, quase todo o tempo, junto com as crianças. Ela gosta muito de trabalhar com música, dançar com os alunos. Há também o desenho. Depois, geralmente as crianças querem brincar fora, com o balanço ou no escorregador.

Elas ficam uns quinze minutos fora e voltam para a sala; então começa o banho. As crianças têm que ir embora limpas, senão as mães reclamam. Os alunos tiram as próprias roupas, põem na mochila, pegam a toalha, se enrolam e a professora leva todos para o banheiro. Lúcia divide a turma: primeiro vão as meninas. Para não se molhar, ela calça sandálias “havaianas”, dobra a calça comprida ou levanta e prende a saia. As crianças se molham, Lúcia coloca o sabonete líquido e orienta. As meninas saem do banho, se enxugam e se enrolam, então vão os meninos. Eles fazem mais bagunça e, como o piso está molhado, alguns caem. Nesta hora, Lúcia precisa falar alto. Ela pede que todos se sentem e, em grupos de dois ou três, vão se vestindo, para não misturar as roupas e as mochilas. Então penteia e prende o cabelo das meninas, passa talco e colônia. Ao todo, leva uns quarenta minutos para todos se arrumarem.

Em seguida vem o jantar e depois as crianças vão escovar os dentes. Depois, a professora dá livros para elas, ou elas ficam dançando, ou voltam para o parque.

Quando termina a aula, Lúcia faz um relatório diário, de cada atividade da turma, com anotações a respeito dos alunos que tiveram algum problema.

Rede privada

Em Belém do Pará, é pequeno o número de vagas ofertadas na rede pública para a Educação Infantil. Entre os alunos matriculados, quase a metade está em escolas privadas. São crianças de famílias de classe média ou alta.

Comparadas às escolas da rede pública, nas escolas privadas, geralmente, as turmas são menores e há mais recursos, como jogos e brinquedos.

Eu trabalhava na escola pública, então arrumava atividades didáticas para trabalhar com aquelas crianças. Fazia mil artifícios com jogos, com tampas. Quando eu fui para a escola privada, as professoras falaram que a escola não tinha muito material. E, para mim, ali tinha um leque! Eu pensava: “Meu Deus, aqui tem material, tem um ambiente, você pode trabalhar!”

Uma professora da rede privada de ensino falou da sua preferência pela Educação Infantil:

Eu trabalhava com uma turma de alfabetização, só que eu estava grávida e alfabetização seria um estresse pra mim. É uma responsabilidade muito grande e eu tinha dezesseis alunos. Como estas crianças se apegam muito rápido ao professor, seria difícil sair de licença no meio do ano, então fiquei com uma turma de 4ª série até o mês de junho. Quando eu voltei da licença, peguei uma turma de Jardim II. Acho melhor trabalhar com criancinha.

Embora a alfabetização ocorra no 1º ano do Ensino Fundamental, na Educação Infantil as crianças já iniciam este trabalho.

Quando sai do Jardim I, com quatro anos, a criança normalmente já conhece as vogais. No final do Jardim II, aos cinco anos, ela está escrevendo o nome, conhecendo as cores, o alfabeto e algumas sílabas. Quando vai para a alfabetização,¹⁴ aos seis anos, ela vai conhecer as famílias e juntar as sílabas para formar palavras. Do meio do ano para o final, ela está escrevendo frases, textos.

¹⁴ A partir de 2008, o Ensino Fundamental começa aos seis anos de idade.

Muitas vezes, isto não acontece da mesma forma com todas as crianças, por uma série de motivos, o que, às vezes, preocupa os professores:

Eu estou tendo muita dificuldade na minha turma de Jardim II. Tenho um aluno que está com uma alfabetização já bem avançada, aos quatro anos de idade, mas tenho outro que está com cinco anos e ainda não sabe escrever o seu nome.

Então ocorre a cobrança dos pais:

Eu tinha um aluno, na alfabetização, que entrou muito cedo na escola. Como as irmãs dele entraram cedo, os pais acharam que ele também tinha que ir para a 1ª série com cinco anos. Mas ele não estava conseguindo acompanhar a turma. Demorou a ler e escrever. Comigo, na sala, a mãe não reclamava, mas com a diretora ela se queixava. Falava que eu não estava atenta, queria saber o que estava acontecendo, porque todos liam e só ele não. Por fim, ela tirou a criança da escola! A diretora me perguntou por que isso aconteceu. Foi aí que eu soube o que a mãe dizia na administração.

Para uma professora, as crianças muitas vezes são colocadas precocemente na escola:

Os pais trazem a criança muito cedo para a escola. Só não pode ter fralda. Então, o professor vai ser professor, babá e mãe.

Outro problema, segundo a professora, é que muitos pais julgam que educar é um papel exclusivamente do professor:

Numa idade em que a criança desperta o interesse pelo aprendizado, muitas vezes fica faltando o papel da família. A maioria dos meus alunos, os pais não têm tempo de acompanhar.

Quarta parte

O trabalho de alfabetizadores no Movimento de
Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova)

O trabalho de alfabetizadores no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova)

O movimento de alfabetização de jovens e adultos no Estado do Pará (Mova-Pará)

O Mova surgiu em 1989, durante a gestão de Paulo Freire na Secretaria Municipal da Educação de São Paulo, com uma proposta que reunia Estado e organizações da sociedade civil para combater o analfabetismo, promovendo uma ação alfabetizadora popular que extrapolava a visão da alfabetização apenas como decodificação da escrita e pautando-a nos princípios da formação cidadã.¹⁵ Esta iniciativa foi seguida por outros movimentos sociais de alfabetização de jovens e adultos, que compõem o Mova-Brasil, como o Mova no Pará.

O Mova começou no Pará em 2001 como Mova-Belém. Organizado por uma ONG, ele funcionava em trinta e nove municípios, em 2006, com cerca de quinze mil alunos. Em Belém, eram setecentas turmas. O projeto era escrito e enviado para o Governo Federal, que mandava recursos para diversos municípios.

Em 23/11/2007 (Decreto nº 658), o Governo do Estado do Pará criou o programa Mova-Pará Alfabetizado, da Secretaria de Estado da Educação. Em 2009, ele funciona em setenta municípios paraenses, com cerca de cinquenta e um mil alunos matriculados e contando com três mil alfabetizadores e trezentos coordenadores.¹⁶

¹⁵ Histórico, 5º encontro nacional do Mova-Brasil

¹⁶ Fonte: Informação pessoal da Professora Adelaide Laís Parente Brasileiro, coordenadora do EJA na SEDUC/Pará.

Os alfabetizadores

Os alfabetizadores precisam ter completado o Ensino Médio e conhecer a comunidade onde vão trabalhar. Eles fazem uma redação, são entrevistados e, se aprovados, passam por uma capacitação.

As aulas ocorrem de segunda a quinta-feira, porque às sextas-feiras ocorre a “hora-pedagógica”. É quando os professores se reúnem com um coordenador, fazem o plano de aula, colocam as dificuldades que encontram em sala de aula, trocam experiências, discutem com algum técnico e, às vezes, convidam especialistas para dar palestras.

Em geral, os professores chamados são aqueles que já estavam no Projeto (Mova), porque a maioria é da comunidade e tem alguma relação com a igreja, centro comunitário ou outras entidades de bairro. O trabalho é temporário (por oito meses, que é a duração de uma turma).

Em 2006, os alfabetizadores recebiam do MEC um piso de R\$ 120,00 e mais R\$ 7,00 por aluno, até no máximo vinte e cinco alunos.¹⁷

Existem os assessores pedagógicos, responsáveis por um grupo de dez a quatorze alfabetizadores. Eles também são temporários e estão encarregados de diversas funções, como: estudar com os professores, ir aos locais de aula e ver como eles estão desenvolvendo as atividades, ajudá-los na matrícula de alunos se necessário, orientá-los no planejamento, visitar e chamar alunos que estejam se ausentando das aulas e avaliar, juntamente com os professores, o desempenho dos alunos.¹⁸

Nós [assessores] fazemos o acompanhamento dos professores nos espaços, vemos como eles estão com os alunos, como está a prática de alfabetização, se precisam de mais material para estudar. Há também o momento de estudo com eles, de ver como estão as atividades, se estão querendo desenvolver alguma coisa. Aí, por exemplo, se estão com poucos alunos, como o mínimo em Belém é dez alunos, nós vamos com eles, visitamos os alunos, fazemos

¹⁷ Em 2009, os alfabetizadores, que são voluntários, recebem do MEC uma bolsa mensal de R\$ 250,00 por oito meses, que é a duração de uma turma. Após isto, uma nova turma pode ser aberta.

¹⁸ Em 2009, os assessores pedagógicos, também voluntários e denominados Coordenadores, recebem do MEC uma bolsa mensal de R\$ 500,00.

mutirão de matrícula, vamos ao centro comunitário, ao posto de saúde. Organizamos um movimento para fazer novas matrículas e convidar aqueles que deixaram de frequentar as aulas para retornar.

Ao falar sobre sua relação com o Projeto, as alfabetizadoras mostraram uma forte ligação com o trabalho:

Eu trabalhava numa loja, comecei como vendedora diarista e trabalhei dois anos, quando deveria passar a vendedora fixa. Então conversei com o gerente e falei que dava aula à noite e precisava que ele me dispensasse mais cedo. Ele me respondeu que queria uma vendedora e não uma professora. Então preferi optar pelo Projeto, porque estou nele nem tanto pela bolsa, mas pelo aprendizado que nós temos, nos estudos no dia de sexta-feira.

Se tivesse a oportunidade de ter um trabalho com carteira assinada, eu não deixaria o Projeto. Acredito que faria o trabalho durante o dia, com a carteira assinada, mas ficaria no Projeto à noite. Faria as duas coisas. Daria um jeito, mas eu com certeza eu não deixaria o Projeto, não sei por que, mas não deixaria. Acho que é o amor mesmo.

Eu penso assim, no dia em que não tiver mais analfabeto na minha turma, no meu bairro, eu quero ir para outro lugar. Quero ir para o interior, porque dizem que lá existem muitas pessoas que não são alfabetizadas. O nosso objetivo é minimizar o analfabetismo, porque ele dificilmente vai acabar.

Nosso trabalho vai além da educação, consiste em fazer com que o aluno tenha consciência de que faz parte daquela sociedade, conhecer os seus direitos. Havia um guarda da creche que trabalhava comigo. Certa vez, quando eu estava trabalhando a questão da mulher com as minhas alunas, ele disse: “Tu és uma feminista de primeira!”, porque eu sempre ficava discutindo com as minhas alunas a questão dos direitos da mulher. E acrescentou: “As mulheres vão todas largar dos maridos porque tu dizes tanta coisa para elas. Não sei como teu marido te aguenta”. A gente trabalha essa consciência, essa crítica.

Busca e matrícula dos alunos

Inicialmente, os professores fazem o mapeamento dos alunos da seguinte forma: eles visitam as casas, conversam com as pessoas e, com muito cuidado, procuram saber se há alunos para alfabetização.

É raro o aluno que chega e diz logo assim: “Eu não sei nada, nem assinar o meu nome!”. Acontece, mas é muito difícil.

Eu chego lá e, conversando com ele, digo: “Você conhece alguém que não saiba ler e escrever, não tenha domínio da leitura?”, geralmente, ele diz: “Eu tenho dificuldade, já estudei há muito tempo”. Na realidade, ele não sabe ler. Então, essas pessoas são convidadas a se matricular. Este processo é muito difícil, porque as pessoas têm vergonha de dizer que não são alfabetizadas e se sentem velhas para isso. Geralmente, ele não diz que não sabe ler e escrever. Nós é que vamos identificar. Ele diz: “eu já estou velho”. Eu respondo: “escute, tem idade para o amor?”. Aí, a pessoa: “não tem, mas papagaio velho não fala mais”. E eu: “fala sim, ele aprende a falar”. Isso tem que ser feito com muito carinho, porque as pessoas não vêm assim de livre e espontânea vontade. Então, somos nós, educadores, que temos que cativar esses alunos. O primeiro trabalho da gente é conquistar a pessoa. Se não conquistar, não adianta que ele não vai. Posso até fazer a matrícula, mas ele não vai para a sala de aula.

Como são montadas as turmas

As turmas em geral são noturnas, mas algumas funcionam de tarde. O alfabetizador precisa buscar um local junto à comunidade, que pode ser, por exemplo, o centro comunitário, a creche ou até a residência dele. Este espaço precisa ter cadeiras, mesas, tudo o que for necessário e, antes de fazer a matrícula, já precisa estar reservado. Então é feita a matrícula com, no mínimo, dez alunos por sala. As aulas ocorrem de segunda a quinta-feira, porque, às sextas-feiras, os professores se reúnem com os assessores.

A atividade de alfabetizar

O Mova utiliza, para a alfabetização, a proposta de Paulo Freire. Uma vez os alunos mapeados e matriculados, os educadores vão fazer uma pesquisa no bairro, denominada pesquisa socioantropológica. Os assessores orientam como fazê-la.

O objetivo da pesquisa é ouvir os moradores do bairro e eleger o “tema gerador”, ou seja, o tema que mais preocupa as pessoas ali e que servirá de base para as aulas. Este tema gerador é escolhido pelos alfabetizadores em conjunto com os assessores pedagógicos.

A gente começa com a pesquisa para saber os problemas, o que precisa a comunidade. Por exemplo, se no nosso bairro o problema da violência é mais enfatizado, então eu vou começar a trabalhar com esse aluno a questão da violência.

É uma conversa normal, como a gente está conversando aqui. Eu vou buscando conversa e vou registrando por escrito. Vou de casa em casa e ouço todos os membros da família. Bato na porta e falo: “Vamos conversar um pouquinho? Tem um açaí? Dá para a gente tomar? Vamos tomar um cafezinho?”. Então, é naquela conversa amigável que você vai tirando dessa pessoa o que quer saber. Você vai instigando e vai sabendo o que ela está precisando, o que falta.

Nós temos que trabalhar com a realidade dessa pessoa. Então, quando eu chego à sala de aula, já conheço mais ou menos como é o meu aluno. É esse o projeto do Paulo Freire: saber trabalhar com a realidade desse aluno. A leitura, a escrita e a oralidade se dão dentro disso.

O meu tema gerador deste ano foi violência. Falas como: “aqui, a cada dia que passa, a violência está aumentando”; “quase todo dia matam alguém”; “as pessoas morrem por nada” se repetiam. Então, o meu tema gerador foi violência.

O tema gerador muda em função das discussões e da demanda que existe na comunidade. Por exemplo, nas ilhas, a questão maior é a geração de renda, a questão do desemprego. Na Ilha do Outeiro, é a questão da violência. Na Ilha

do Mosqueiro, é outra coisa. Em Belém, os bairros e até as áreas dentro dos bairros são diferentes. Então, o tema gerador parte dessa pesquisa. Das entrevistas com os moradores, com as lideranças comunitárias, é que vão sair as “falas significativas”, aquelas que mais colocam as angústias, as aflições.

O meu tema foi a questão da moradia. Isto porque, geralmente, lá na comunidade, a história é assim: nas famílias, hoje, quando as pessoas se casam ou se amasiam, geralmente moram no quintal. Por exemplo: minha mãe mora aqui na frente, aí eu casei e fiz minha casinha lá atrás.

A moradia foi um tema melhor de ser trabalhado. Partiu do desenho. Eu disse: “Como é a sua casa?”, “Desenhe a sua casa”, “Você gostaria de ter uma casa melhor?”, “Por que você não tem uma casa?”. Eles responderam: “Ah, eu não tenho uma casa porque não tenho emprego”. Olha só: o desemprego. Nós estamos anotando, porque uma fala já puxa outra. Os subtemas também vão surgindo: “Ah, eu não tenho emprego e, mesmo se tivesse, esse salário não dá para eu comprar uma casa”; “Ou eu guardo dinheiro para comprar a casa ou eu como”.

Cada qual dá a sua opinião. É claro que, de vez em quando, há alguma divergência, porque um aluno fala uma coisa e outro diz: “Não, não concordo”. Nós temos que estar prontos para amenizar isso. E isso até é bom, porque é claro que ninguém pensa igual. Então, esse momento é maravilhoso, é a hora do debate, da roda de conversa, a roda de interesse. É muito bom haver diferentes opiniões.

O meu tema agora, que já estou até fazendo o planejamento, é “droga”, porque na minha turma tem o caso de uma aluna cujo filho está com problemas de drogas. Eu tenho que pesquisar o assunto, saber onde buscar apoio, onde o dependente químico pode procurar ajuda, as entidades que trabalham com jovens, tenho que ter informações para passar para os alunos. Procurar saber quais as consequências da droga para a família.

Uma vez escolhido o tema gerador, os assessores e professores se reúnem para montar a “rede temática”. Ela é formada de várias “falas significativas” (falas que

se repetem nas conversas com a comunidade) interligadas ao tema gerador. Baseado na rede temática, o alfabetizador faz o planejamento.

Eu vou escolher um texto em que esteja incluído esse tema gerador, vou ver uma música, recorte de jornal. Então levo para a sala de aula. O planejamento não tem um tempo determinado, porque, a cada dia, se forem surgindo novas coisas, tu vais trabalhando. Também, dentro desse tema, eu tenho que conversar com o meu aluno para que esse problema tenha uma solução.

O tema gerador é trabalhado de modo a tornar as aulas agradáveis:

É uma coisa gostosa para eles. Como eles já vivem os problemas da violência e da falta da moradia, eu vou bater nessa tecla, mas como uma coisa gostosa, para que eles venham todo dia para a sala de aula. Nosso objetivo é que os alunos venham, gostem da aula, mas sempre apontando soluções para os problemas.

Tenho doze alunos. Todo dia eles chegam e se sentam. Na minha turma, eu não uso cadeiras umas atrás das outras. Uso um círculo. Aí vou dizer para eles o tema que nós vamos trabalhar. Nós sempre começamos com as perguntas que chamamos de questões geradoras, tais como: “Quais os tipos de violência que vocês conhecem?”, “Vocês já sofreram algum tipo de violência?” Eles falam e eu sempre anotando as falas. Por exemplo: “Todo dia morre um”, “Apanhei do meu marido”. Da forma que eles falam, nós anotamos no caderno. Todo dia tem esse momento da roda de conversa, da dinâmica e dali surgem outras falas significativas. Levo textos para a sala de aula, leio. Trabalho com música que fala sobre esse tema.

Depois vamos passar para a parte da leitura e escrita. Vamos pegar essas falas e fazer um texto coletivo. Aquele texto vai para o cartaz, colocamos no papel ou no que tiver, emendamos as folhas, pintamos o jornal e colocamos no cartaz. Usamos materiais como recortes de jornais, caixas de sapatos e outros. Nós falamos, mostramos no cartaz, e eles vão identificando: “Eu falei isso”. Então vamos trabalhar as frases que eles falaram e depois destacar as palavras. Faço uma cartela, coloco a palavra e vou trabalhando com eles. Depois vêm as sílabas, trabalhamos as sílabas até chegar às letras. Aí come-

çamos a trabalhar as palavras com eles, letra por letra. Recortamos algum material e fazemos letras de papelão. O aluno vai escolher as letras e formar palavras. Então, o trabalho vem do texto, de toda uma realidade vivenciada, para chegar até a letra, que é o que nós queremos que ele conheça.

Atividades extraclases

Outra coisa que nós fazemos são festinhas dos aniversariantes e aulas-passeio. Se houver uma festividade lá no meu bairro, eu saio da sala de aula e levo os meus alunos, até porque há alunos que são limitados, só conhecem aquele mundinho. Esse é o nosso trabalho, fazer que eles avancem, vejam coisas novas. Também levo para visitar os pontos turísticos. No Mova-Be-lém, nós levávamos para o planetário, porque tinha ônibus. Nesse ano [2006] tivemos dificuldade, estamos sem transporte. Então, cada um paga a sua passagem, ou fazemos uma vaquinha e pagamos as passagens dos alunos.

Como é avaliado o desempenho dos alunos

O assessor pedagógico se reúne com os professores e, juntos, avaliam o desempenho dos alunos. Assim explica uma assessora:

Por exemplo: “Dona Maria iniciou o projeto tal, hoje ela avançou com relação a isso, apresenta dificuldade naquilo”. Eu faço o texto, converso com os professores, aí percebo quem já está alfabetizado e quem não está. Tem gente que se alfabetiza num espaço muito curto de tempo, outros levam um tempo maior. Alguns passam os oito meses conosco, mas não conseguem se alfabetizar. Então temos que mandar uma justificativa para o governo, dizendo: “Tal pessoa ficou conosco durante esse tempo, mas ainda não conseguiu se alfabetizar. Precisamos que ela permaneça no projeto, garantir a matrícula dela no próximo ano”.

O número de pessoas que permanecem de um ano para o outro é mínimo. Numa turma de doze, por exemplo, a professora já chegou a alfabetizar oito a nove. Aí ficam uns dois ou três para o próximo ano.

Quando há alunos que estão em níveis diferentes, os mais adiantados são chamados a ajudar os outros, como “monitores.”

Eu tenho alunos assim, que ajudam os outros. Se o colega do lado está com dificuldade, eles ajudam.

Continuidade da educação após a alfabetização

As alfabetizadoras do Mova dizem que, após a alfabetização, muitos adultos relutam em ir para a escola regular, mesmo em classes do EJA:

Há alunos que já estão alfabetizados, mas não querem ir para a escola, como os mais idosos. Eles acham que não vão ter rendimento na escola: “Ah, professora, eu já estou muito velha pra ir para a escola, lá eles não vão ter a mesma paciência que a senhora tem”. Eu tenho dois alunos assim, que eram do ano passado, estão alfabetizados e continuam comigo e, no próximo ano, dizem que não vão para a escola. Então nós preferimos que eles continuem no Projeto. Como muda o tema, eles vão aprender constantemente, vão ter novas informações.

Algumas explicações são aventadas para isto, como diferenças entre as metodologias do Mova e da EJA, o fato dos professores do Mova conhecerem a comunidade onde o aluno mora e procurarem trabalhar com temas relevantes, a busca ativa de alunos e a remuneração do professor por aluno, no caso do Mova.

A questão é que os currículos da EJA e do Mova são diferentes, assim como os professores. Os professores do Mova já tem paciência de estarem visitando, eles vão procurar o aluno. Nós já fomos visitar algumas turmas nas escolas regulares. Há turmas com vinte e cinco alunos matriculados, mas, chegando lá, só tem seis ou sete. Eu acho que até o fato do professor receber um salário fixo, independente do número de alunos que frequentam as aulas, diferentemente do professor do Mova, influencia.

No Mova, nós temos que sempre estar buscando, porque se tu não tiveres quinze alunos em sala de aula, se tiveres dez, tu vais receber por dez. É uma relação de interdependência. Tanto ele depende de ti para aprender, quanto você depende dele para receber. Na EJA, o professor já tem salário fixo, ele não vai correr atrás do aluno, como nós.

Conclusões

A Análise Coletiva do Trabalho mostrou vários aspectos do trabalho dos professores da Educação Básica em Belém do Pará no momento atual.

Por ser uma capital, Belém exibe o contraste de bairros centrais, onde as famílias têm maior poder aquisitivo, e bairros periféricos, com uma realidade totalmente diversa. Os professores, em seu trabalho, estão em contato com estas duas situações, pois muitos dão aulas em escolas públicas e privadas, no centro e na periferia. As condições precárias nas escolas públicas da periferia de Belém foram apontadas pelos professores como uma das causas da perda da qualidade do ensino público.

Entre as situações de trabalho descritas, chamou atenção a pesada rotina de trabalho à qual muitos professores estão submetidos em decorrência dos baixos salários, gerando grande desgaste físico e psicológico. Entre os que trabalham na rede privada, a insegurança em relação à manutenção do emprego é causa de muita apreensão.

Frente aos crescentes problemas dos alunos com o aprendizado, os professores demonstraram sentimentos de preocupação e frustração.

O trabalho das alfabetizadoras do Mova transcorre de maneira bastante diferente daquele de escolas convencionais. Na base desta diferença está a técnica desenvolvida pelo Mova para motivar alfabetizadores e alunos.

Ao falar dos motivos que os mantêm na profissão, apesar das dificuldades, os professores disseram: *O que recompensa no magistério, mais do que ensinar alunos, é saber que estamos formando cidadãos.*

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 15 jul. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 24, de 7 de janeiro de 2008. Censo Escolar da Educação Básica 2007. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2008. Seção 1. p. 4-317. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?data=10/01/2008&jornal=1&pagina=4&totalArquivos=360>>. Acesso em: 04 set. 2009.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **Lei nº 11.274, de 6 de Fevereiro de 2006**. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=253755>>. Acesso em: 02 set. 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM - Estatuto do Magistério do Município de Belém - Lei nº 7.385 de 07.12.1987. **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM**. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/legislacao/589170/lei-7385-87-belem-pa. Acesso em: 11 set. 2009.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVA-BRASIL. Histórico do MOVA-BRASIL. In: ENCONTRO NACIONAL DO MOVA-BRASIL, 5., 2005, Luziânia. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/node/1194>>. Acesso em: 04 set. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - Secretaria Especial de Promoção Social - Secretaria Executiva de Educação - Regimento Escolar das Escolas Públicas Estaduais de Educação Básica - 14/12/2004 - DIÁRIO OFICIAL DO PARÁ. Disponível em: <www.seduc.pa.gov.br/portal/downloads/RegimeEscolar.pdf>.

LEITE, M. de P.; SOUZA, A. N. de (Coord.) **Condições de trabalho e suas repercussões na saúde de professores da educação básica no Brasil**: estado da arte. Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/relatorio_unicamp_corrigido.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2009.

PARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Educação. **Lei nº 5.351, de 21 de novembro de 1986**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Estadual do Pará. Disponível em: <<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/Arquivos/TarefaLink/estatutoMagisterio.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. _____. **Decreto nº 4.714 de 09 de fevereiro de 1987**. Aprova o regulamento da Lei nº 5351, de 21 de novembro de 1986. Disponível em: <<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/Arquivos/TarefaLink/estatutoMagisterio.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Secretaria Especial de Promoção Social. Secretaria Executiva de Educação. **Regimento escolar das escolas públicas estaduais de educação básica**. Belém, 2005. Disponível em: <<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/index.php?action=LinkTarefaNoticia.dl&idlink=65>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

Outras publicações sobre Análise Coletiva do Trabalho

FERREIRA, L. L. Análise coletiva do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 21, n. 78, p. 7-19, abr./jun. 1993.

_____.; DONATELLI, S.; REIS JÚNIOR, F A. dos. **Análise coletiva do trabalho de pescadores-mergulhadores de lagosta brasileiros**. São Paulo: Fundacentro, 2003.

_____. et al. **Voando com os pilotos: condições de trabalho dos pilotos de uma empresa de aviação comercial**. São Paulo: Associação dos Pilotos da Varig, 1992. Disponível em: < <http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/I/VoandoPilotos.pdf>>.

_____. et al. **Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara, São Paulo**. São Paulo: Fundacentro, 1998.

_____.; IGUTI, A. M. **O trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo**. São Paulo: Fundacentro, 2003.

_____. et al. **O trabalho de professores na Educação Básica em São Paulo**. São Paulo: Fundacentro, 2009. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/I/TrabProfessoresSP_Final.pdf>.

OLIVEIRA, J. A.; PESENTE, J. C.; FERREIRA, L. L. **O trabalho de professores na Educação Básica em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Fundacentro, 2009.

TAVARES, D. S.; FERREIRA, L. L.; MACIEL, R. H. **O trabalho de professores na Educação Básica pública no Piauí**. São Paulo: Fundacentro, 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/I/ProfessoresPiau%ED.pdf>>.

Sobre o livro

Composto em BenguiatGot Bk Bt 15 (título)

Palatino Linotype MT 10 (texto)

Palatino Linotype 7 (notas de rodapé)

em papel offset 90g/m² (miolo)

e cartão supremo 250g/m² (capa)

no formato 16x23 cm

Impressão: Gráfica da Fundacentro

1ª edição: 2009

Tiragem: 2.000

MINISTÉRIO
DO TRABALHO E EMPREGO



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Rua Capote Valente, 710

São Paulo - SP

05409-002

tel.: 3066-6000

www.fundacentro.gov.br

ISBN 978-85-98117-48-5



9 788598 117485

